

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: » Falha	3
Título: Corretoras retiram Vale de portfólios após tragédia em Brumadinho.....	3
Título: Crise argentina e Vale devem travar crescimento da indústria este ano	5
Título: Imagens mostram barragem ruindo; causa pode ser a mesma de Mariana	6
Título: Governo vai rever valor de multa aplicada por ANM	8
Título: Procurador-geral considera usar até delações premiadas	9
Título: Depois de Mariana, regra ficou mais flexível.....	10
Título: Contenção no Paraopeba ainda em montagem	12
Título: 'Estou esperando meu filho voltar do barro'	12
Título: Brasil estuda compensar dívidas com Venezuela	14
Título: Bloco do PSL domina comissões e Ricardo Galhardo / BRASÍLIA isola esquerda	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Foi um massacre	18
Título: ATESTADO DE CULPA	19
Título: Entrevista	20
Título: Executivos da Vale podem enfrentar processo criminal por tragédia.....	20
Título: Vale fecha semana R\$ 51 bi menor, e Bolsa bate novo recorde	23
Título: Gás encanado e GNV ficam mais caros para consumidor em SP.....	24
Título: Vale sabia que lama chegaria em um minuto a refeitório.....	25
Título: Barragem tinha estabilidade garantida, afirma mineradora	27
Título: Familiares veem negligência da empresa por saber de riscos da barragem	28
Título: Mineração causou três vazamentos por ano no mundo desde 2009	30

Título: Sem água, pataxós cancelam festa, e grávidas deixam aldeia	32
Título: Vale fez simulações de emergência em apenas 9 das suas 175 barragens	34
VEÍCULO: O Globo	36
Título: Legado da Vale	37
Título: Plano previu que lama chegaria ao refeitório em até um minuto	38
Título: Nove barragens do mesmo modelo são maiores que a da Vale	39
Título: Especialistas questionam alto volume de água na barragem	40
Título: Plano previu que lama chegaria ao refeitório em até um minuto	43
Título: Nove barragens do mesmo modelo são maiores que a da Vale	44
Título: INSS quer cobrar da Vale gasto com pensão por morte	45
Título: Volta do Congresso leva Bolsa a novo recorde: 97.861 pontos	46
Título: Itamaraty quer compensação de dívida com Venezuela	48
VEÍCULO: Correio Braziliense	49
Título: Do pavor ao milagre	49
Título: Risco era conhecido	51
Título: Doação extra a produtores	52
Título: Sem vistoria deste 2016	52
Título: Homenagem às vítimas	54
Título: Lama atinge área do Parque do Rola-Moça	55
Título: Insegurança no trabalho	56
Título: Gasolina abaixo de R\$ 3,90	57

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Andreza Matais****Título: » Falha.**

Coluna do Estadão

Levantamento do ministro da AGU, André Mendonça, aponta a resistência da Renova, fundação criada para administrar as reparações às vítimas do rompimento da barragem de Mariana (2015), a cumprir obrigações acertadas.

» **In loco.** Segundo a AGU, há atraso no reassentamento das famílias deslocadas e na contratação de estudos de impacto ambiental, além de falta de transparência. O ministro desembarca hoje em Brumadinho para evitar que a situação de repita por lá. A assessoria da Renova não respondeu à Coluna.

» **Temor 1.** O MP-MG está preocupado com um precedente aberto pelo TRF-1 ao determinar que um executivo da BHP Billiton (controladora da Samarco) envolvido no caso da barragem de Mariana não responda por homicídio doloso e lesão corporal, mas pelo crime de "inundação qualificada".

» **Temor 2.** Na prática, a decisão pode reduzir penas pela metade. O receio do MP é de que ela seja estendida para outros casos relativos às tragédias de Mariana e de Brumadinho.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Renato Carvalho****Título: Corretoras retiram Vale de portfólios após tragédia em Brumadinho**

broadcast de olho nas ações

Uma semana depois da tragédia ocorrida em Brumadinho (MG), causada pelo rompimento de uma barragem de rejeitos da Vale, a ação da mineradora está fora das carteiras recomendadas pelas corretoras. Aquelas que tinham o papel entre suas recomendações retiraram Vale ON da lista para a próxima semana. As corretoras evitam mudar suas recomendações para a ação por enquanto, mas começam a recomendar mais cautela aos investidores.

O Banco do Brasil Investimentos (BB-BI) retirou Vale ON de sua carteira para o mês de fevereiro. Em relatório, o banco informa que decidiu, no entanto, manter o preço-alvo para a ação em R\$ 62, e para o American Depositary Receipt (ADR) em US\$ 16. Isso por conta da manutenção dos fundamentos da indústria de mineração, e pela demanda por minério de ferro de melhor qualidade, que deve continuar forte, segundo as analistas Gabriela Cortez e Catherine Kiselar.

Também retiraram Vale ON de suas carteiras Modalmis, Nova Futura, Terra Investimentos e XP Investimentos. Para o analista Karel Luketic, da XP, o plano de ação da Vale ajuda a mitigar incertezas em relação à produção. "No entanto ainda existe incerteza em relação aos processos judiciais decorrentes do evento. Após incorporarmos as medidas anunciadas, ajustamos marginalmente o preço-alvo mas mantivemos a recomendação de compra.

A queda ao longo dos últimos dois dias parece já refletir parte relevante dos riscos". A XP baixou o preço-alvo da Vale de R\$ 70 para R\$ 66. Sandra Peres, analista da Coinvalores, afirma que a corretora também não mudou sua recomendação para Vale ON, mas neste momento, acredita que a ação destinam-se principalmente a investidores de perfil mais arrojado ou que visem o longo prazo.

Na visão de Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, ainda são necessárias maiores informações para inserir o desastre de Brumadinho nas projeções e no preço-alvo da Vale. "A decisão de congelar pagamento de dividendos afetou aquelas estratégias de investidores que inseriram a ação da mineradora em função do anúncio de que iria remunerar melhor seus acionistas".

Com o início do mês, alguns bancos que divulgam carteiras mensais fizeram alterações nas suas recomendações. No caso do BB-BI, além de Vale ON, saíram também Movida ON e Ultrapar ON, para a entrada de MRV ON, Locamerica ON e B2W ON. As carteiras da Bradesco Corretora e Agora Investimentos registram as saídas de Cyrela ON e Petrobrás PN, com a inserção de Duratex ON e Energisa Unit.

A Socopa fez uma alteração, com a saída de EcoRodovias ON e a entrada de Kroton ON. Ainda entre as corretoras que retiraram Vale ON de suas carteiras, a Terra excluiu também Via Varejo ON, e inseriu Braskem PNA e Marfrig ON. Já a XP retirou também Lojas Americanas PN, e inseriu JBS ON e Suzano ON. A Modalmis, além de Vale ON, retirou também Itaúsa PN e Lojas Renner ON, com a entrada de Ambev ON, Porto Seguro ON e Banco do Brasil ON.

A Nova Futura retirou Lojas Renner ON, Copel PNB e Vale, com as entradas de Ambev ON, Gerdau PN e Telefônica Brasil PN. A Mirae fez quatro alterações,

retirando BRF ON, Ambev ON, Santander Brasil Unit e Randon PN, e inserindo Sanepar Unit, Lojas Renner ON, Klabin Unit e Itaú Unibanco PN.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Economia

Autor: Luciana Dyniewicz

Título: Crise argentina e Vale devem travar crescimento da indústria este ano

Desempenho. Com as perspectivas fracas de recuperação do mercado argentino – o maior destino das exportações da indústria nacional – e o fechamento de minas da Vale após a tragédia de Brumadinho, economistas reveem para baixo as projeções para o setor

A indústria brasileira fechou 2018 com resultado decepcionante, um crescimento de apenas 1,1%. E, segundo analistas, 2019 não deve ser tão diferente. A recessão argentina e a redução na produção da Vale em decorrência do rompimento da barragem em Brumadinho já fazem economistas reverem, para baixo, as projeções de crescimento do setor para este ano.

O Ibre, da FGV, estimava, em dezembro, uma alta de 2,5% na indústria em 2019. Agora, após analisar as consequências da crise no país vizinho, prevê 1,8%, e ainda fará uma nova redução para incluir os efeitos da Vale. A Tendências Consultoria, que projetava 3,5%, também está revendo o número para baixo – o dado ainda não foi fechado.

A crise instalada na Argentina, com poucas perspectivas de recuperação no curto prazo, tem um papel crucial nesse novo desempenho fraco, já que o país vizinho é destino importante para as exportações das fábricas brasileiras. No caso da indústria de transformação, a mais afetada, o Ibre reduziu sua projeção de crescimento de 2,8% para 1,4%.

Além das montadoras e das companhias de autopeças, empresas como Braskem e Alpargatas, que têm na Argentina um de seus principais mercados, devem ser prejudicadas. No terceiro trimestre do ano passado, o lucro bruto da Alpargatas na Argentina, por exemplo, já recuou 67,2%. No mesmo período, o PIB do país caiu 3,5% e as importações, 10,2% – o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. A Anfavea (associação das montadoras) projeta uma redução de 6,2% nas exportações deste ano, após queda de 17,9% em 2018.

"Hoje, a principal fonte de incerteza na indústria está relacionada à Argentina, e isso só deve diminuir a partir de julho", destaca a economista Luana Miranda, do Ibre. Para Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Industrial (ledi), outras instabilidades externas, como a guerra comercial, podem se acentuar e serem mais um entrave para o setor.

Segundo Luana, o desempenho da indústria no mercado interno também deve ser fraco por causa da lenta retomada do mercado de trabalho. Portanto, uma melhora nas exportações seria essencial para o setor ter um resultado significativo.

Vale. Para a indústria extrativa – que inclui as atividades da Vale –, o Ibre projetava uma alta de 2,6% neste ano. O segmento seria o principal propulsor da indústria. Porém, o impacto de Brumadinho não poderá ser desprezado. A extração de minério de ferro é responsável por 40% do PIB do segmento, e a Vale, que já anunciou uma redução de 10% na produção, é responsável quase pela totalidade disso.

O economista Lucas Silva, da Tendências, lembra que o índice de expectativa da indústria é o que tem se recuperado mais lentamente. Enquanto os de serviços e de comércio já ultrapassaram a barreira dos 100 pontos, o que indica otimismo, o da indústria ainda está na casa dos 90 pontos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: MARCO ANTÔNIO CARVALHO, TÂNIA MONTEIRO e FAUSTO MACEDO

Título: Imagens mostram barragem ruindo; causa pode ser a mesma de Mariana

Secretaria mineira e especialistas levantam hipótese de que liquefação, fenômeno muito comum em depósitos de rejeitos, pressionou estrutura e levou a rompimento; número de mortos em Brumadinho chega oficialmente a 115. Continuam desaparecidas 248 pessoas

Imagens divulgadas ontem revelam o exato momento em que se rompeu a barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho. A gravação mostra o dique principal se destruindo no início da tarde da sexta-feira da semana passada e uma onda de lama avançando sobre o terreno com grande velocidade e força. A Secretaria do Meio Ambiente de Minas Gerais e especialistas ouvidos pelo Estado acreditam que a principal hipótese para o rompimento seja um fenômeno chamado de liquefação. O número de mortos chegou a 115. Continuam desaparecidas 248 – a Vale incluiu mais 10 pessoas na lista ontem.

"Os dois desastres que ocorreram (Mariana e Brumadinho) foram com barragens à montante e, nos dois, pelo menos tudo indica, que é a informação

que a gente está recebendo aqui, é que foi por liquefação", disse à agência Reuters o subsecretário estadual de Regularização Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, Hidelbrando Neto. O fenômeno é caracterizado pela redução da rigidez do solo. A Vale informou que "as causas do rompimento estão sendo investigadas e serão comunicadas com transparência e a maior agilidade possível".

Para geólogos, a gravação pode, associada aos dados de monitoramento da estrutura, afunilar as hipóteses. Ainda sem acesso às informações do monitoramento, e de forma hipotética, o presidente da Federação Brasileira de Geólogos, Fábio Reis, disse que pode ter ocorrido um processo de liquefação. "Seria quando um material, por sobrecarga, passa de característica mais sólida para uma líquida, mais fluida", explicou.

Reis reforça que as razões dessa transformação devem ser investigadas. "As imagens contribuem muito para a investigação, mas é fundamental analisar os dados do monitoramento da estrutura, como o histórico de intervenções no local e o relatório de não conformidade", afirmou, explicando que esse último documento se refere ao histórico do que foi constatado pelas ferramentas, em relação ao nível do material e se houve algum afundamento prévio.

As equipes de resgate informaram ontem que vão usar as imagens para remodelar as estratégias de buscas, de acordo com o porta-voz do Corpo de Bombeiros, tenente Pedro Aihara. Ele avaliou que a velocidade da lama, pelas imagens, teria chegado a quase 80 km/h. Segundo Aihara, nada deixará de ser vistoriado, mas as dificuldades, sobretudo de acesso, são cada vez maiores no trabalho.

O geólogo e consultor Márcio Costa Alberto reforça a importância de a investigação constatar o que vinha acontecendo antes do momento de ruptura. Segundo ele, falando em hipótese, o fenômeno da liquefação torna o solo fluido e, portanto, mais propenso à movimentação. "E aí a estrutura pode não ter suportado." Estudos apontam que depósitos de rejeitos como de Brumadinho são altamente suscetíveis à liquefação.

Para monitorar essas estruturas, explicou Alberto, é comum o uso de piezômetro, aparelho que auxilia a avaliação do nível de líquido no corpo da barragem, e do inclinômetro, que por sensores mede o movimento interno desse corpo, além de levantamentos topográficos. Segundo o subsecretário Hidelbrando Neto, dados entregues pela Vale mostram que os piezômetros não detectaram movimentação na estrutura. "Não teve tremor e chuva, que são gatilhos que normalmente há. Então a pergunta que todo mundo faz é: o que aconteceu? O que causou? E para descobrir isso tem de ter os estudos."

Recomendação. O Ministério Público Federal (MPF) recomendou que o Ibama, a Secretaria do Meio Ambiente de Minas Gerais e a Agência Nacional de Mineração (ANM) não concedam novas licenças ambientais para barragens que utilizem a técnica de alteamento à montante. O método, considerado mais econômico, foi utilizado na construção das duas barragens que se romperam em Mariana e Brumadinho.

O documento alerta para a necessidade de exigência de que os mineradores apresentem um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, ajudem no financiamento de pesquisas na área e contratem seguros para cobrir danos a terceiros e ao meio ambiente. Para a ANM, a recomendação é que os mineradores apontem "imediatamente" um cronograma para a retirada de pessoas que moram perto de suas barragens.

Ontem, o porta-voz do Planalto, general Otávio Rêgo Barros, informou também que o Ministério de Desenvolvimento Regional deverá concluir as vistorias em barragens de mineração neste semestre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: ANNE WARTH

Título: Governo vai rever valor de multa aplicada por ANM

O governo vai rever o valor da multa que pode ser aplicada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) a empresas que descumprem a legislação, fixado em R\$ 3.293,90. Conforme o Estado revelou, o Congresso deixou caducar medida provisória que elevava o valor para R\$ 30 milhões.

"Estamos absolutamente fora de uma sanção que leve a um efeito pedagógico", admitiu **o secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME)**, Alexandre Vidigal. Segundo ele, o novo teto da multa ainda não foi definido, mas deve ficar mais próximo de outros órgãos do governo, como o Ibama, que penalizou a Vale em R\$ 250 milhões pelos danos ambientais em decorrência do rompimento da barragem.

O governo ainda estuda a melhor forma de elevar o valor da multa: por meio de medida provisória ou projeto de lei. Como as multas foram fixadas no Código de Mineração, de 1967, somente outra lei pode mudar o patamar atual de penalidades.

Em 2017, o governo enviou uma medida provisória para atualizar o código, mas o Congresso se omitiu e a MP perdeu validade antes de ser votada. Entre os objetivos estava a elevação do valor das multas para R\$ 30 milhões e a cobrança

em dobro em caso de reincidência em até dois anos. Na mensagem ao Legislativo, o governo federal defendeu o reajuste das multas como forma de "inibir o cometimento das infrações (pelas mineradoras)".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Bruno Ribeiro

Título: Procurador-geral considera usar até delações premiadas

Tonet ressalta que processo de Mariana levou MP a rever procedimentos e não aceitar intermediários

Com lições tomadas a partir do desastre de Mariana, em 2015, o Ministério Público Estadual (MPE) de Minas adotou novas estratégias ao lidar com a Vale, para prender cinco suspeitos de responsabilidade pelo caso e congelar R\$ 11 bilhões da companhia. Em entrevista exclusiva ao Estado, o procurador-geral de Justiça mineiro, Antônio Sérgio Tonet, diz que "tudo está sendo considerado", até delações premiadas aos presos.

Segundo Tonet, parte dos presos já prestou depoimento e o MPE colheu declarações de outras testemunhas. Documentos apreendidos na casa de dois presos em São Paulo, funcionários da empresa alemã Tüv Süd, e de três funcionários da Vale em Minas estão sendo analisados pelo Ministério Público Federal. "O trabalho está sendo bem compartilhado, bem harmonizado.

O fato de a jurisdição ser estadual coloca o MPE em uma situação de responsabilidade formal sobre o caso. Mas o trabalho está sendo feito em conjunto com os federais", afirma Tonet. O procurador-geral diz que não descarta novas prisões, mas destaca que os mandados, que são determinados pelo Poder Judiciário, tem saído à medida em que são pedidos. As ações têm sido organizadas em conjunto desde a sexta-feira em que aconteceu a tragédia.

No domingo, agentes paulistas já tinham os endereços dos presos. A atuação do MPE não é restrita às investigações. Há garantias a serem dadas às vítimas e reparações financeiras e ambientais. Nesse campo, o MPE optou por manter conversas diretas com o presidente da Vale, Fabio Schvartsman. Sem intermediários. Uma das principais lições de Mariana é que, desta vez, o MPE informou ao Executivo que não aceitará a ação de intermediários.

Para lidar com Estado e vítimas, a Samarco, subsidiária da Vale responsável por aquela tragédia, criou a Fundação Renova, uma entidade que cuidaria de reparos e indenizações. "Conversei com o presidente (da Vale), o governador (Romeu Zema, do Novo) também, e falamos que não iríamos aceitar

intermediários, que se criasse uma fundação para intermediar as indenizações, por exemplo, e a Vale teria "pessoalmente" que assumir essa responsabilidade", diz Tonet.

Em um encontro no Aeroporto de Confins, na Grande Belo Horizonte, um dia após o desastre, quando o presidente Jair Bolsonaro esteve na região e conversou com autoridades, o MPE passou mais informações à mineradora. "Teríamos de ter neste caso um comportamento diferente em relação às indenizações", ressalta, ao falar em rapidez nos pagamentos. Anteontem, a Vale anunciou que faria doações imediatas de R\$ 100 mil a parentes de vítimas.

Entretanto, há uma série de pendências que ainda estão sendo apuradas pelos promotores envolvidos no caso, como falta de assistência e moradia às vítimas. Elas estavam sendo reunidas até ontem e, na semana que vem, serão levadas à mineradora pelo MPE. O grupo que investiga a tragédia, cuida da assistência às vítimas e calcula todos os prejuízos causados, para cobrar a mineradora, é composto por 19 promotores criminais, do Meio Ambiente, da Infância e da Juventude, da Saúde e dos Direitos Humanos.

Dada a amplitude das ações que devem ser propostas, foi preciso "olhar holístico", segundo o procurador, para formar a equipe, que vai compartilhar as informações. O MPE ainda trabalha em outro grupo, este formado pelas demais instituições encarregada das investigações, como as Polícias Civil e Federal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Gilberto Amendola Júlia Marques Victor Vieira

Título: Depois de Mariana, regra ficou mais flexível

Minas reduziu fases para licenciamento ambiental de parte dos empreendimentos

Após o desastre na barragem de Mariana que deixou 19 mortos em 2015, o governo de Minas flexibilizou regras de licenciamento ambiental. Entre as mudanças, estão a possibilidade de reduzir de três fases para até uma o trâmite de concessão da licença para parte dos empreendimentos e reduzir a competência do Conselho de Política Ambiental (Copam) – que tem participação da sociedade e do setor produtivo – na análise dos processos.

O licenciamento acelerado, por exemplo, foi usado pela Vale para aprovar o aumento de produção no complexo de minas de Brumadinho onde ruiu a

barragem. O governo Fernando Pimentel (PT) enviou o projeto que reforma a lei em outubro de 2015, com pedido de urgência. Em 25 de novembro, 20 dias após Mariana, a Assembleia aprovou o texto, sob críticas de ambientalistas. Pimentel sancionou a lei em 2016 e, nos anos seguintes, regulamentou o modelo.

Último titular da pasta de Ambiente (Semad) da gestão passada, Germano Vieira foi o único secretário mantido pelo novo governador, Romeu Zema (Novo). Servidor de carreira, Vieira é considerado de bom trânsito no setor produtivo. Pimentel disse à época que a ideia era tornar o trâmite mais célere e reduzir a burocracia. Nos oito primeiros meses de 2018, foram concluídos 3.676 processos de licenciamento no Estado. Nos dois anos anteriores, foram 2.915 análises.

Por outro lado, especialistas e ambientalistas dizem que é possível reduzir etapas só para aprovar projetos mais simples, mas o risco da licença acelerada é não haver tempo e debate suficientes para avaliar os impactos de atividades com potencial significativo de danos, como a mineração. Em geral, a licença ambiental tem três etapas – a prévia, em que se analisa a viabilidade do projeto; a de instalação, em que se autoriza a construção; e a de operação, que permite a atividade do empreendimento.

A lei de 2016 abriu a possibilidade de duas ou até três fases de uma vez só. Norma assinada por Vieira, em dezembro de 2017, prevê classificar os projetos em escala de 1 a 6, segundo o tamanho, o potencial poluidor e localização. No caso do pedido aprovado em dezembro de 2018 pelo Copam, a Vale usou o rito abreviado para ter aval de aumento de 70% na exploração do minério de ferro no complexo Jangada/ Feijão, em Brumadinho.

Isso foi possível porque o pedido se enquadrava na classe 4, pois envolvia reaproveitamento de rejeitos de barragens – diferente da licença anterior, para dispor rejeitos na barragem, de tipo 6. Segundo o professor de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Bruno Milanez, antes já havia licenciamentos que juntam fases, mas eram mais caso a caso. "Corre-se o risco de não haver tempo hábil de avaliar profundamente os reais impactos." Na análise de cada etapa, diz ele, era comum a necessidade de adaptações.

"Pode-se descobrir que o solo não é bom, que há nascente ali." Outra crítica foi sobre reduzir a participação do Copam na análise de empreendimentos. A decisão sobre liberar os projetos de classes 3 e 4 passou a ficar a cargo de técnicos do governo. "A sociedade e os conselheiros têm menos informações qualificadas e menos chance de contribuir", afirma Klemens Laschefski, professor de Geologia da Universidade Federal de Minas (UFMG). Para Maria

Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente, a mudança foi um "retrocesso".

Governo. Em nota, a Semad destacou que a lei de 2016 teve aval do Legislativo e garante participação social. Sobre a licença concomitante, disse que não há prejuízo de análise nos processos, que são para casos específicos. Segundo a pasta, as ações de controle para cada fase do licenciamento são iguais às do processo de três etapas e não há redução de exigências. Conforme a Semad, a construção da norma de 2017 envolveu técnicos da pasta, setor produtivo, Ministério Público e ONGs.

Pimentel disse que não conseguiria responder até ontem à noite e o Estado não localizou o ex-titular de Ambiente Jairo Isaac (de maio de 2016 a novembro de 2017). O secretário anterior na gestão Pimentel, Sávio Souza Cruz, não respondeu até as 22 horas de ontem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Contenção no Paraopeba ainda em montagem

A montagem de estruturas no Rio Paraopeba, em Pará de Minas, visando à contenção de rejeitos decorrentes do rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho, só deve ser concluída amanhã. A estrutura ficou a cargo da Vale, que pretende criar no Paraopeba uma "cortina antiturbidez".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges ENVIADO ESPECIAL BRUMADINHO (MG)

Título: 'Estou esperando meu filho voltar do barro'

Culto, ato oficial e lançamento de pétalas de rosas marcaram cerimônia que lembrou uma semana da tragédia em Brumadinho

Sentado sobre um amontoado de raízes e galhos mortos, Wilson Francelino Caetano observava, imóvel, os agentes oficiais que passavam para se agruparem nos tapumes que cobriam o barro. Chegou um padre; depois, um policial civil com violão debaixo do braço.

Sobre um pequeno amontoado de terra, uma cruz foi erguida. Caixas de som colocadas sobre o entulho seco testavam os microfones, uma corneta e um

violão às 12h36. Os jornalistas se aglomeraram em busca de uma melhor posição para registrar a cerimônia e a chuva de pétalas de rosas anunciada pelo Corpo de Bombeiros. As flores enviadas pela população de Belo Horizonte seriam lançadas por helicópteros no horário exato do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, a tragédia que, uma semana atrás, às 12h28, levaria centenas de vidas em Brumadinho.

Caetano acendeu um pequeno cigarro de palha, com alguma atenção pregada no discurso que teve início às 12h46. Sentado, com a cabeça apoiada na mão, acompanhava tudo com algum distanciamento. Vieram, então, as canções religiosas, o violão falhava, um cantor pedia "cura, Senhor, onde eu não posso ir". Caetano também não podia ir. Se pudesse, já teria partido em busca do filho desaparecido, o mecânico Luiz Paulo Caetano, de 31 anos. O rapaz, que tinha acabado de se casar e não era de Brumadinho. Foi chamado pela Vale para trabalhar justamente naquela sexta-feira. Precisava consertar umas máquinas da mina do Córrego do Feijão.

Dez helicópteros se posicionaram no céu, à espera do fim do culto e do hasteamento das bandeiras do Brasil e de Minas. Seguiram-se os protocolos militares no barro, as continências e os sopros da corneta. Caetano olhava para cima. Às 13h09, viu as aeronaves despejarem as flores. O giro das hélices espalhou as pétalas pela baía de lama que os rejeitos da Vale abriram pelo caminho. Seis minutos depois, a cerimônia foi encerrada com aplausos e comoção generalizada. Parentes e amigos de vítimas se ajoelharam e choraram sobre a lama que ainda esconde seus parentes.

Resgate. No céu, os helicópteros partiram para o apoio às buscas das mais de 250 pessoas que ainda não foram encontradas. Sobre a lama, os porta-vozes das autoridades reuniram os jornalistas para dizer que todas as equipes continuarão mobilizadas e não há prazo para a conclusão do trabalho. Ninguém da Vale por ali. Os oficiais ainda ensaiaram alguma argumentação para dizer que a empresa estava apoiando os serviços, mas não disseram como. Fim das perguntas e das respostas. Todos foram embora.

Embaixo de uma das poucas árvores que restaram de pé, Caetano permanecia sentado, os olhos no barro e a palha na boca. Sentei-me ao seu lado e perguntei se ele morava por ali. "Não", disse ele. Depois de um silêncio, emendou. "Estou esperando meu filho sair do barro."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/02/2019****Seção: Internacional****Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA****Título: Brasil estuda compensar dívidas com Venezuela**

Pressão. Maduro já recusou abater débito brasileiro referente a energia enviada para Roraima, estimado em R\$ 30 milhões, em troca de redução do montante que os venezuelanos devem ao BNDES, estimado em R\$ 274 milhões; proposta seria refeita a Guaidó

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, disse ontem que, com a ascensão de Juan Guaidó, que se declarou presidente interino da Venezuela, o Brasil estuda "equacionar" a dívida do país vizinho. Uma das possibilidades nas negociações seria um encontro de contas com o valor que o Brasil deve pela compra de energia para Roraima. No passado, com a dívida da Venezuela em alta, o Brasil tentou negociar com Nicolás Maduro o abatimento nesse molde, mas o presidente venezuelano foi contra e exigiu o pagamento em dólares.

Somente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a Venezuela deve US\$ 274 milhões. O Brasil tem um débito de US\$ 30 milhões de repasses do setor elétrico. O Ministério da Economia não informou o valor da dívida com garantia do Tesouro Nacional. Araújo disse que a questão ainda será discutida em um grupo interministerial que será criado. "Ainda precisamos discutir o equacionamento da dívida, as autoridades financeiras precisam discutir porque têm implicações políticas. Falei com o presidente do Banco Central (Ilan Goldfajn) rapidamente sobre essa questão, mas ainda não temos proposta concreta sobre a mesa", completou.

O jornal Folha de S. Paulo publicou ontem que o Brasil avalia renegociar dívidas da Venezuela para ajudar Guaidó. Em relação a sanções que poderiam ser aplicadas ao regime de Maduro, o ministro disse que é preciso uma análise individual para ver se são compatíveis com a legislação brasileira.

Porta da rua. Depois de o vice-presidente Hamilton Mourão defender uma solução para que Maduro saia da Venezuela, Araújo afirmou que isso é um trabalho para os venezuelanos e o Brasil não está envolvido nessa negociação. "Todos esperamos que a saída para Maduro seja a porta da rua", afirmou. Durante entrevista, o ministro fez questão de ressaltar o papel do governo Jair Bolsonaro na ascensão de Juan Guaidó, que se declarou presidente interino da Venezuela.

Ele sustentou que o Brasil levou ao Grupo de Lima proposta para exigir que Maduro não assumisse o mandato. "Há um mês, não imaginávamos ter perspectiva concreta de redemocratização da Venezuela. O que mudou nesse cenário de um mês foi o Brasil, tem tudo a ver com determinação de Bolsonaro de promover democracia na região", afirmou. O ministro voltou a criticar Maduro e disse que ele tinha uma política de "genocídio silencioso". "Havia política de fazer o povo passar fome e negar tratamento médico para garantir o domínio sobre população submissa."

Jerusalém. Araújo disse ainda que o Brasil continua estudando a transferência da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém. Depois de representantes de países árabes terem dito que a mudança pode provocar um boicote a produtos brasileiros, como publicou o Estado na terça-feira, Araújo afirmou que a ideia não deve ser vista como um sinal de piora no relacionamento com outros países do Oriente Médio. O ministro disse ainda que representantes do governo brasileiro estão conversando com americanos para concretizar o relacionamento "mais elevado" também com os EUA.

Guantánamo. Ontem, o conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, John Bolton, advertiu Nicolás Maduro que ele pode "terminar em Guantánamo se não deixar o poder" em breve. Os Estados Unidos mantêm uma prisão militar em Guantánamo, no leste de Cuba, para onde são enviados suspeitos de terrorismo presos no exterior. "Quanto mais rápido Maduro aproveitar a oportunidade, mais provavelmente poderá ter uma aposentadoria agradável e tranquila em uma praia bonita, em vez de estar em outra região praiana como a de Guantánamo", disse Bolton.

Ele negou que os EUA tinham planos de uma ação militar iminente na Venezuela. Para pressionar Maduro, o Departamento do Tesouro dos EUA emitiu um comunicado confirmando que empresas com sede fora dos EUA que comprem petróleo da Venezuela por meio do sistema financeiro americano têm até o dia 28 de abril para interromper a importação. Cidadãos americanos que trabalham para empresas de fora dos EUA ou na Venezuela têm até 29 de março para realizar transações financeiras e retirar dinheiro.

A nota do Departamento do Tesouro tem como objetivo esclarecer os prazos das sanções impostas pelo governo americano à PDSVA, a petrolífera estatal da Venezuela. Como consequência das sanções, o dinheiro obtido pela Venezuela na venda de petróleo para os EUA ficará confiscado, só podendo ser acessado por Guaidó. / COM AFP

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/02/2019****Seção: Política****Autor: Camila Turtelli Mariana Haubert****Título: Bloco do PSL domina comissões e Ricardo Galhardo / BRASÍLIA isola esquerda**

Grupo de partidos mais alinhados ao governo comandará 15 dos 25 colegiados temáticos da Câmara; PT perde liderança das oposições

O bloco parlamentar que inclui o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, conseguiu isolar as esquerdas e vai comandar 15 das 25 comissões temáticas da Câmara, inclusive as poderosas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças. Essa manobra articulada pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi além: o PT foi empurrado para comissões secundárias e ficará até mesmo sem a liderança das oposições.

Apesar de o foco da sociedade ficar nas decisões do plenário, que reúne todos os 513 deputados, as comissões são fundamentais para o processo parlamentar porque todos os projetos de lei e emendas constitucionais são submetidas, primeiro, ao crivo desses colegiados. Pela CCJ, passam todas as propostas. A presidência dessas comissões é muito disputada entre os partidos e entre os próprios parlamentares, porque é o presidente quem define as pautas de votação, define os relatores de cada proposta e garante o cronograma e o ritmo dos trabalhos.

Além disso, ele ganha protagonismo na relação com o Palácio do Planalto e tem holofotes garantidos, quando se trata de comissão importante. As comissões têm poder, também, para convocar eventualmente ministros e autoridades para prestar esclarecimentos sobre um determinado assunto e, não raro, usam esse poder para pressionar o governo. Um presidente aliado ao Planalto pode evitar o constrangimento. Um que seja adversário pode, ao contrário, aprovar um requerimento de convocação atrás do outro.

A Comissão de Finanças, por exemplo, é alvo de disputa ferrenha entre PSL e MDB, ambos do mesmo bloco. A deputada em primeiro mandato Joice Hasselmann (PSL-SP) está de olho na vaga, que o MDB dá como certa que será de Sérgio Souza (PR). Nos bastidores, Joice afirma que Rodrigo Maia – reeleito ontem presidente da Câmara – lhe garantiu que comandaria o colegiado e que o MDB ficará com **Minas e energia**, o que o partido diz não aceitar.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional também está indefinida. Filho do presidente da República, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

trabalha para ocupar a vaga, mas outros integrantes do bloco afirmam não haver um acordo quanto a isso. O tema é caro a Eduardo, que tem atuado como uma espécie de "chanceler informal" do governo. O PP tenta ocupar Minas e energia, Relações Exteriores e Agricultura, mas as negociações estão pendentes.

A divisão das comissões dentro do bloco governista ainda está em discussão e tem potencial de causar mais atritos entre os partidos que o compõem. Além de PSL e MDB, estão no mesmo grupo DEM, PSDB, PP, PSD, PR, PRB, PTB, PSC e PMN. O PP, por exemplo, quer a Comissão de Agricultura porque costuma tratar de interesses dos ruralistas. A sigla, envolvida na Lava Jato, comandou o Ministério da Agricultura durante o governo de Michel Temer. Os presidentes das comissões da Câmara são eleitos por seus integrantes, mas é um jogo de cartas marcadas. Esse processo deve começar a partir da próxima semana.

Oposição. Em uma outra manobra que ajudou a isolar ainda mais o PT, Maia assinou ontem uma resolução se antecipando ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre fusão de partidos. Ele permitiu que cinco partidos que não atingiram a cláusula de barreira (exigência de número mínimo de votos) se unissem num bloco. Dessa forma, esse grupo, formado por outros partidos de oposição ao governo Bolsonaro, ficou maior que o do PT, com 105 deputados.

Resultado: o PT, que já ficou sem um titular na Mesa Diretora da Câmara, agora também corre o risco de ficar sem a liderança da Minoria ou a liderança da Oposição. O grupo dos petistas recorreram da medida de Maia no plenário. "É inaceitável. Se for o caso vamos à Justiça. Essa minoria que ele (Maia) está apoiando é governista", afirmou o presidente do PSB, Carlos Siqueira. O PSB integra o bloco com o PT, o PSOL e a Rede. Pelo acordo entre eles, o PSB ficaria com a liderança da Minoria.

A liderança é importante para os partidos de oposição porque oferece uma estrutura com cargos e assessores técnicos que municiam os deputados com dados para fiscalizar o governo. A derrocada do PT na Câmara ocorre após o partido sair das urnas em outubro passado com a maior bancada eleita, com 56 deputados. O PSL, de Bolsonaro, elegeu 52.

Senado. No Senado, os candidatos à presidência da Casa também negociaram as vagas nas comissões temáticas em troca de apoio. Renan Calheiros (MDB-AL) ofereceu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para o senador José Serra (PSDBSP). Davi Alcolumbre (DEM-AP), para Omar Aziz (PSD-AM). Os dois senadores eram considerados os mais fortes candidatos ao comando da Casa e travaram ontem uma queda de braço.

Numa manobra, Alcolumbre aprovou a votação aberta para a eleição, tudo o que o emedebista não queria. Sem acordo, a sessão do Senado acabou sendo suspensão na noite de ontem e será retomada hoje, a partir das 11 horas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Foi um massacre

Catástrofe em Brumadinho tem características de um desastre anunciado; Vale e poder público não podem se eximir de suas responsabilidades

Vídeos divulgados pela primeira vez nesta sexta-feira (1º) acrescentaram dramaticidade a uma tragédia que comoveu o Brasil inteiro. Após romper-se a barragem em Brumadinho (MG), a lama avança sem dar chance a ninguém que esteja pela frente. Foi um massacre.

As buscas por sobreviventes continuam, mas há cada vez menos esperança. Já são mais de cem mortos, e tudo indica que, infelizmente, o número final passará de 300.

Não se imagine, contudo, que exista algo de inevitável nessa cifra. A contagem poderia ter sido bem menor se a Vale tivesse prestado atenção ao próprio plano de emergência da barragem.

Conforme revelou esta Folha, a empresa sabia que o rompimento naquela mina destruiria áreas industriais, incluindo o restaurante e a sede da unidade, bem como uma pousada na região. Sabia e nada fez.

Trata-se de "estudo de ruptura hipotética", afirma a mineradora. Nada há de hipotético, porém, nas perdas humanas irreparáveis que já foram provadas.

Tampouco parece imprevisível a ocorrência de catástrofes semelhantes no futuro. O fantasma de Mariana (MG), meros três anos atrás, não paira como lembrança daquilo que se deve a todo custo evitar, e sim como aviso de que o desastre voltará a acontecer.

Um contingente enorme de brasileiros convive, quiçá sem saber, com esse horizonte sombrio. São 3,5 milhões de pessoas habitando cidades com barragens que apresentam risco de rompimento — um total de 45 estruturas vulneráveis, espalhadas por mais de 30 municípios de 13 estados.

A quantidade de reservatórios em situação precária talvez seja ainda maior; nem todos os órgãos fiscalizadores enviam informações completas às agências reguladoras.

O quadro é mais absurdo porque inexistente na legislação distância mínima a ser respeitada entre barragens e comunidades do entorno. Moradores de localidades com essas características têm, com razão, pressionado os prefeitos a apertar o cerco em relação à segurança.

O descaso não se restringe ao nível municipal ou estadual. Em sua contribuição negativa à questão, o Congresso impediu, em 2018, que se aumentasse o valor das multas aplicadas pela Agência Nacional de Mineração, de acordo com o jornal O Estado de S. Paulo.

Medida provisória do governo Michel Temer (MDB) estabelecia sanção de até R\$ 30 milhões, mas, por omissão dos congressistas, a penalidade máxima permaneceu em R\$ 3.200, ou pouco mais que a autuação a um motorista alcoolizado.

No caso de Brumadinho, os R\$ 350 milhões de multas até agora aplicadas à Vale se referem a infrações ambientais — ao menos 200 hectares de mata nativa foram destruídos.

Se é certo que o endurecimento da legislação, por si só, é incapaz de resolver problemas em qualquer campo, não há dúvida de que a necessária atividade fiscalizatória, para ser eficiente, precisa de amparo em normas que lhe deem poder dissuasório.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: ATESTADO DE CULPA

Painel

Procuradores afirmam que o documento da Vale pela Folha nesta sexta (1º) amplia significativamente o número de elementos disponíveis para a acusação tratar a tragédia como crime doloso. A reportagem mostrou que a empresa sabia dos riscos que o local impunha aos seus funcionários.

ATESTADO DE CULPA 2

Quem trabalhou no caso de Mariana diz que os casos se assemelham a cada vez mais. Na tragédia de 2015, procuradores encontraram um documento que indicava quais locais poderiam ser atingidos em caso de rompimento da barragem. Esse papel foi omitido do poder público.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: Entrevista

Delegados da Polícia Federal responsáveis pelo inquérito sobre o rompimento da barragem de Brumadinho interrogaram na quinta (31) e na sexta (1º) os funcionários da Vale e da Tüv Süd Brasil que estão presos desde a terça (29). Eles também estão falando com funcionários que sobreviveram à tragédia.

Tá valendo?

Com o depoimento dos engenheiros, eles esperam conseguir dados para tentar confirmar a veracidade das informações prestadas nos documentos apresentados pela Vale para conseguir as licenças de operação na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Caiu

A PF também tenta identificar se existia algum tipo de atividade perto da barragem que poderia comprometer a sua estrutura.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Anais Fernandes e Filipe Oliveira

Título: Executivos da Vale podem enfrentar processo criminal por tragédia

Especialistas veem espaço para acusação de homicídio por negligência a riscos na barragem

São Paulo- O conhecimento que a Vale tinha sobre a dimensão do risco em caso de rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), pode levar ao indiciamento de profissionais da empresa por homicídio doloso, na avaliação de parte dos especialistas em direito.

O desastre, ocorrido há uma semana, deixou até agora 115 mortos e 248 desaparecidos.

A acusação se basearia no argumento de que técnicos e executivos da companhia assumiram um risco elevado ao optar por um modelo de barragem sabidamente mais perigoso e barato.

Além disso, a empresa tinha em mãos um plano de emergência que apontava que a propagação da lama em caso de rompimento poderia ser de até 65 quilômetros, como revelado pela Folha.

O refeitório dos funcionários da mineradora e a área administrativa, onde estava parte das vítimas seria atingido em até um minuto.

Na avaliação do juiz aposentado Wálter Maierovitch, pode ser aplicado ao caso o entendimento de dolo eventual, ou seja, em que a pessoa conhece e assume o perigo de suas ações.

"Evidente que os responsáveis não queriam o resultado morte, mas assumiram o risco", afirma.

Segundo Maierovitch, é preciso que a investigação aponte qual a participação de cada um para que a tragédia acontecesse, o que pode ou não envolver a cúpula da empresa.

"Será que os membros do conselho de administração foram enganados ao permitir a construção dessa barragem? Ou deram um voto que assumiu o risco?"

Sérgio Salomão Shecaira, professor titular de direito penal da USP, concorda ser possível haver responsabilizações penais, tanto para a empresa como para profissionais, mas ressalva ser difícil especificar o dolo em uma companhias com milhares de funcionários.

"É como acidente aéreo. Tem o avião cheio, a chuva, o tamanho da pista, uma série de coisas que se somam e dificultam estabelecer a individualização da responsabilidade." Para o professor, o caso seria de homicídio culposo, pois os profissionais da empresa não tinham a intenção de cometer um crime, o que, em sua avaliação, seria necessário para configurar o dolo.

A desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo Ivana David afirma que há previsão da responsabilização penal dos administradores da empresa na legislação de crimes ambientais. Em sua avaliação, o indiciamento por homicídio com dolo eventual é mais adequado ao fato.

A individualização das responsabilidades, segundo ela, dependerá das investigações que mostrarão o padrão de trabalho dentro da companhia e como foram assinados os laudos que atestaram a segurança da barragem.

José Damião Cogan, desembargador da seção criminal do TJ-SP, pondera que a responsabilização só deve acontecer após uma análise técnica sobre os motivos da tragédia.

Nesse sentido, ele critica a prisão temporária de cinco engenheiros (três da Vale e dois terceirizados) que atestaram a segurança da barragem.

"Para essa prisão, seria necessária uma prova técnica de que, na época em que o laudo foi feito, aquilo era inverídico." A existência de um plano de emergência não implica, necessariamente, que houve dolo por parte dos executivos da Vale, avalia Heloísa Este lüta, especialista em direito penal econômico e professora da FGV Direito SP. Ela afirma que "todas as barragens oferecem risco" e que a legislação obriga que ele seja mensurado. "Essa avaliação serve para que sejam providenciadas as ações específicas. Tudo bem que a Vale tenha tido conhecimento dos riscos. O que não sabemos é se a empresa cumpriu todas as normas para lidar com ele", diz.

Christiano Jorge Santos, professor de direito penal da PUC-SP e promotor de Justiça em São Paulo, lembra que no caso do desastre de Mariana (MG) houve denúncias de executivos por homicídio com dolo eventual.

Na prática, especialistas apontam que é comum a promotoria apresentar esse tipo de acusação para levar o caso ao Tribunal do Júri, espaço em que a comoção dos jurados pode favorecer a condenação.

Para o criminalista Alberto Toron, se houve dolo eventual, ele diz respeito ao rompimento da barragem, e não às mortes. "Entendo como um crime de inundação agravado pelo resultado morte", diz.

Com esse argumento, Toron já conseguiu na segunda instância uma decisão favorável para atenuar as acusações contra um executivo da Samarco no caso de Mariana.

Procurada, a Vale não se manifestou sobre a responsabilização de executivos. Em relação ao plano de emergência, a empresa já havia dito que todas as suas barragens possuem esse documento, construído com base em estudos técnicos de cenários hipotéticos.

"A estrutura possuía todas as declarações de estabilidade aplicáveis e passava por constantes auditorias externas e independentes."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 02/02/2019****Seção: Mercado****Autor: Tássia Kastner****Título: Vale fecha semana R\$ 51 bi menor, e Bolsa bate novo recorde**

A Vale termina a primeira semana após a tragédia de Brumadinho R\$ 51 bilhões menor, mas caminhando para uma direção um pouco mais positiva na comparação com a perda registrada imediatamente após o rompimento da barragem.

A leve recuperação da companhia ajudou a Bolsa brasileira a subir e voltar a bater recorde nesta sexta-feira (1°).

As ações da mineradora subiram 1,64%, para R\$ 46,25. Não há, porém, uma trajetória clara para os papéis da empresa, que tiveram dificuldade de avançar desde o tombo de 24,5% da segunda-feira (28).

A Vale perdeu mais de R\$ 70 bilhões em valor de mercado naquele dia.

Os papéis da companhia foram sustentados no pregão desta sexta-feira pelo efeito da própria tragédia, a alta do preço do minério de ferro.

A Vale é a maior exportadora mundial da matéria-prima, e, com a possibilidade de redução de sua produção, os preços dispararam.

O dia foi de um volume de negócios mais reduzido na Bolsa, que movimentou R\$ 14,1 bilhões.

O Ibovespa, principal índice acionário do país, ganhou 0,48% e fechou a 97.861 pontos — recorde histórico.

Após a disparada de mais de 10% em janeiro, o índice tem dificuldades de romper o patamar de 98 mil pontos, testado na quinta (31) e também nesta sexta-feira.

Durante a maior parte do dia, porém, o índice operou no negativo.

Investidores se voltaram ao noticiário político, com aposse do novo Congresso e a eleições para a presidência da Câmara e do Senado.

A eleição será crucial para a aprovação de reformas, especialmente a da Previdência. Até a conclusão desta edição, a escolha dos novos comandantes das duas Casas não havia acontecido.

Os favoritos eram Rodrigo Maia (DEM) e Renan Catheiros (MDB), para Câmara e Senado, respectivamente.

[Se confirmada] "A vitória de Maia na Câmara e de Renan no Senado deve impulsionar a votação de pautas estruturantes que o governo Bolsonaro irá propor para o Parlamento.

Maia já é um apoiador público de diversas idéias e propostas que Paulo Guedes [ministro da Economia] e equipe vem falando. Já Renan disse que irá apoiar as propostas de cunho liberal, mesmo não tendo afinidade histórica com tal tipo de pauta", escreveu a Guide, em nota.

O mercado local é influenciado também pela indefinição de um acordo comercial entre Estados Unidos e China. O viés é mais positivo após notícias de que o presidente americano, Donald Trump, irá se reunir com o líder chinês Xij Jinping.

No exterior, as Bolsas americanas operavam sem direção definida, refletindo divulgação de resultados de companhias.

Dados de emprego dos EUA estiveram no radar na primeira etapa dos negócios, mas não mudaram o prognóstico sobre o juro americano, após o Federal Reserve (banco central americano) sinalizar, na quarta (30), uma pausa na trajetória de alta dos juros.

Relatório do Departamento de Trabalho dos EUA mostrou que o país criou 304 mil empregos no mês passado, o maior ganho desde fevereiro de 2018, superando as expectativas dos economistas de aumento de 165 mil.

O dólar fechou o dia em leve alta, após a forte queda da véspera. Amoeda americana terminou o dia a R\$ 3,6630.

Com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Gás encanado e GNV ficam mais caros para consumidor em SP

São Paulo- A Comgás (Companhia de Gás de São Paulo) elevou as tarifas do gás encanado ao consumidor. Os valores corrigidos passaram a valer nesta sexta-feira (1º), quando o reajuste, autorizado pela Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo), foi publicado no Diário Oficial do estado.

Os percentuais de aumento atingem 1,8 milhão de consumidores e variam conforme o segmento de mercado e o volume de gás consumido.

Para o consumo residencial, o aumento vai de 8,58% a 11,33% em relação a maio de 2018, data do último reajuste.

Para os comércios e a indústria, a atualização média na tarifa foi de 14% e 32%, respectivamente.

As tarifas do GNV (Gás Natural Veicular), aplicadas para os postos de combustíveis, também subiram, passando de R\$ 1,50 para R\$ 2,10 por metro cúbico (+40, 11%).

O aumento anterior havia sido em maio. Anova alteração, porém, foi feita com base em uma deliberação da agência reguladora, de 2012, que autoriza a recuperação da diferença de valores entre as tarifas aplicadas e o preço pago pelo gás natural.

Essa recuperação é prevista quando há variação significativa do produto. Segundo a Comgás, "a decisão está relacionada exclusivamente à atualização do custo do gás natural, que reflete variações de preço do petróleo e da taxa de câmbio".

Agora

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Vale sabia que lama chegaria em um minuto a refeitório

vídeos mostram que lama demorou segundos para atingir funcionários

RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E BRUMADINHO (MG) - O plano de emergência da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), previa que em caso de colapso da estrutura, a onda de rejeitos da Vale poderia atingir o refeitório dos funcionários e a área administrativa da mina em um minuto.

Vídeos divulgados nesta sexta-feira (1º) do momento da ruptura mostram que, de fato, a onda de rejeitos levou poucos segundos para atingir os locais onde trabalhavam centenas de funcionários.

Também na sexta, a Folha mostrou que a Vale tinha conhecimento de que a lama destruiria essas estruturas. Novos documentos obtidos pela reportagem mostram que a mineradora previa que a onda de rejeitos poderia chegar ali em segundos.

Os documentos fazem parte do PAEBM (Plano de Ações Emergenciais de Barragem de Mineração), ao qual a reportagem teve acesso. Nele, a empresa faz um cálculo hipotético da extensão do desastre e elenca medidas de emergência para mitigar os danos.

O cálculo é feito com base no pior cenário de desastre possível. Em Brumadinho, incluía a possibilidade de o acidente ocorrer em um dia chuvoso e de outras duas barragens vizinhas a que se rompeu também viessem a colapsar.

A onda de rejeitos sairia da barragem a uma velocidade de 21,3 km/h (segundo os bombeiros, chegou a 80 km/h). A área administrativa e o refeitório da empresa estão num setor distante cerca de dois quilômetros da barragem, onde a lama chegaria em até um minuto. Naquele ponto, a velocidade de chegada dos rejeitos seria de 15,2 km/h.

Ainda no cenário calculado, a onda atingiria a região onde estava a pousada Nova Estância, que foi destruída, em até quatro minutos.

O instituto Inhotim, por sua vez, seria atingido em 1h25 (o que não ocorreu). O rio Paraopeba, a 26,1 km da barragem, seria tomado 3h18 após o rompimento.

O mapa ainda mostra que havia seis sirenes de emergência instaladas no entorno do complexo da mina. Elas não soaram, como admitiu o presidente da Vale, Fábio Schvartsman, justificando que os equipamentos teriam sido "engolfados" pela lama de rejeitos.

No cenário simulado pela Vale no plano de emergência, contudo, todas essas sirenes estão fora da área a ser inundada em caso de sinistro.

A lista dos contatos telefônicos das autoridades a serem avisadas em caso de rompimento estava desatualizada.

O contato apontado como responsável pela Defesa Civil municipal é o de Gislene Parreiras. O telefone fixo está correto, mas o número do celular que aparece é inexistente. À Folha, ela disse que aquele celular nunca foi o seu.

O número apontado como do prefeito de Brumadinho, Avimar de Melo, é, na verdade, do secretário de Governo, Ricardo Parreiras. Ele diz que seu telefone não tocou no momento da tragédia. "Eu fiquei sabendo por um funcionário que trabalha conosco. O plano de emergência deles não foi acionado", diz.

Para Moacyr Duarte, especialista em gerenciamento de risco, a presença de estruturas com funcionários no caminho da onda de rejeito aponta que, do "ponto de vista prático, a possibilidade [de ruptura] jamais foi considerada".

No vídeo divulgado nesta sexta é possível ver que o operador de uma máquina ainda tenta se afastar do local com o equipamento, fica cercado pela lama, tenta fazer uma volta, é alcançado pelo rejeito em seguida e some.

"Essa imagem mostra claramente que as rotas de fuga rapidamente se esgotaram. Como aquele pátio não tem uma alternativa para evacuação de pessoas e máquinas? Em 46 segundos toda a área é coberta pelo rejeito", disse.

Segundo ele, o refeitório, o prédio administrativo e o pátio de manobra não deveriam estar na parte baixa do vale, à jusante da barragem.

Para Rafaela Baldí, que publicou um livro chamado Manual para Elaboração de Planos de Ação Emergencial, a princípio, não há problema em ter estruturas próximas da barragem. "Eu, quando faço esse tipo de plano, recomendo a retirada dessas estruturas. Tem empresa que opta por manter. Mas quando ela faz isso, tem que ter muita certeza da gestão do plano de evacuação, porque ela assume o risco, chama a responsabilidade para ela", diz.

Mas acredita que, mesmo com um plano de evacuação eficaz, um minuto não é tempo suficiente para esvaziar um refeitório com 300 pessoas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Lucas Vettorazzo, Nicola Pamplona, Thiago Amâncio e Fabrício Lobel

Título: Barragem tinha estabilidade garantida, afirma mineradora

Outro ado

A Vale afirmou nesta sexta-feira (1º) que todas as suas barragens possuem um plano de emergência, construído com base em estudos técnicos de cenários hipotéticos para o caso de colapso, que prevê qual será a mancha de inundação e a zona de segurança.

Segundo a empresa, o plano da barragem 1 da mina do Córrego do Feijão foi protocolado na Prefeitura de Brumadinho e nas defesas civis municipal, estadual e federal entre julho e setembro de 2018.

A estrutura possuía todas as declarações de estabilidade aplicáveis e passava por constantes auditorias externas e independentes, diz a empresa, além de inspeções quinzenais — a última em 22 de janeiro. "Toda essa documentação sempre esteve e continua à disposição das autoridades", diz comunicado da empresa.

A Vale afirma que a barragem 1 possuía sistema de vídeo-monitoramento, sistema de alerta através de sirenes e que a população próxima da estrutura estava cadastrada. Segundo a empresa, houve um simulado de emergência com a população em 16 de junho de 2018 e com os funcionários em 23 de outubro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Fabrício Lobel e José Antônio Bicalho

Título: Familiares veem negligência da empresa por saber de riscos da barragem

Brumadinho - "Descaso" e "negligência" é como parentes das vítimas em Brumadinho qualificam o fato de a Vale ter sido alertada, em plano de emergência feito em 2018, que a sede administrativa e o refeitório da mina do Córrego do Feijão estavam na rota da lama se a barreira se rompesse.

"Isso é negligência. Minha irmã não sabia do risco que estava correndo", diz Leo Ávila, 39, que nesta sexta foi outra vez a um centro montado pela mineradora para atender familiares em Brumadinho.

Leo reclama do fato de o refeitório ter sido construído logo abaixo da barragem. Após buscar em vão por notícias da irmã, Angélica Ávila, ele queria saber como obter cópia do relatório de emergência revelado pela Folha nesta sexta (1). O documento previa o risco.

Ex-funcionário terceirizado da mina, Carlos Pereira, 38, lamenta a morte de quem ignorava estar na rota da lama. Sua irmã, a auxiliar de cozinha Carla Pereira, 37, desapareceu. "Fui motorista de veículo grande, transporte lama, sei o peso. Imagina quem passava o dia cortando tomate. Não sabiam de nada".

No vilarejo de Córrego do Feijão, onde ficava a mina, quem não tem mais esperança se esconde em casa para chorar os mortos, enquanto as viaturas de

polícia e bombeiros, ambulâncias, carros de reportagem e caminhões continuam a circular.

"Não é o sol, não é o calor. Ninguém está saindo de casa é por tristeza", diz Hilton Souza Ribeiro, dono da Mercearia Tote, no centro da vila.

Perto dali, no Centro Comunitário de Córrego do Feijão, se instalaram os comandos dos bombeiros e da polícia. No gramado ao redor estão barracas da defensoria pública, do registro civil e de psicólogos voluntários.

Alguns moradores, como a enfermeira Adriana Belo, 39, agora convivem com a sombra da tragédia evitável. Seu primo, o ajudante geral desaparecido André Luiz Carlos, 22, dizia que "mais dia menos dia a barragem iria ceder". Adriana agora questiona se o local do refeitório era adequado.

O porta-voz da Defensoria Pública mineira, que presta atendimento aos familiares das vítimas, diz que à primeira vista, o relatório mostra uma situação grave. "Isso deve ser investigado. Se havia previsibilidade de que havia esse risco e nada foi feito, é algo grave".

O sitiante Sebastião Felício Camelo, 70, diz que viu a avalanche de lama cobrir a paisagem. "Eu vi romper. Vinha o negócio correndo, a lama rugindo, quebrando... Eu tava no pasto e corri lá pra cima. Deitei e fiquei esperando. Não chegou em mim, mas chegou em todo mundo lá embaixo."

No alto do primeiro morro na saída da vila, o sítio de Sebastião virou base dos cinegrafistas e fotógrafos que registram a tragédia. Avila é pequena e, por estar no alto, não foi tomada pela lama. Mas acabou rodeada pela desolação.

As rotas de fuga no plano de emergência não deram conta de salvar todo mundo.

O auxiliar de manutenção José Silva Filho, 55, trabalhava na mina como terceirizado, passou por treinamento e diz que nada saiu como previsto. "Falaram que a sirene ia tocar meia hora antes de acontecer alguma coisa. Mas não tocou. Se tocasse dez minutos antes, estava todo mundo vivo."

Ele escapou subindo o morro, mato adentro. "Quem pegou a estrada de fuga morreu."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 02/02/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Tais Hirata****Título: Mineração causou três vazamentos por ano no mundo desde 2009**

Rastro de rejeitos e substâncias tóxicas é de 93,77 milhões de m³; casos da Vale e da Samarco somam 44 milhões de m³

São Paulo - Os vazamentos provocados pela Vale e pela Samarco nos últimos três anos derramaram, juntos, impressionantes 44 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração no estado de Minas Gerais. Foram dois dos maiores incidentes do gênero em todo o mundo. No entanto, estão longe de serem os únicos.

Desde 2009, a mineração provocou 29 vazamentos em diferentes países, uma média de três incidentes por ano.

Eles deixaram um rastro de, no mínimo, 93,77 milhões de m³ de rejeitos e substâncias tóxicas, segundo levantamento da Wise Uranium Project, entidade sem fins lucrativos contra a exploração de urânio.

O volume tende a ser maior, já que não há informações sobre diversos incidentes. "Há uma dificuldade de transparência, a depender do governo local onde o vazamento ocorreu, e não há nenhuma regra internacional que exija a prestação de informações em casos deste tipo", diz Peer de Rijk, diretor da organização.

Desde 2009, há registro de vazamentos em países como: México, Austrália, Peru, China, Estados Unidos, Mianmar, Canadá, Rússia, entre outros.

Além dos desastres da Samarco e da Vale, um dos maiores do gênero ocorreu nas Filipinas, em 2012, com 20,6 milhões de m³ de rejeitos da mina de Padcal despejados no rio Agno, no norte do país.

À época, dirigentes da mineradora Philex Mining Corp. responsável pela mina, alegaram que o vazamento foi resultado de chuvas fortes.

Outro caso foi o vazamento na mina de Mount Polley, no Canadá, em 2014, da mineradora Imperial Metals Corp. Uma barragem colapsou e provocou o vazamento de milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos de cobre e ouro em lagos e florestas da região.

A investigação concluiu que o rompimento resultou de falha na fundação da estrutura, e que o projeto não considerava corretamente a complexidade geológica do terreno.

O incidente provocou uma mudança drástica na fiscalização às mineradoras no país.

Na Associação de Mineração do Canadá — do qual a Vale faz parte, já que tem operação no país —, as companhias são obrigadas a produzir relatórios anuais sobre a segurança no armazenamento de seus rejeitos, com base em cinco indicadores. Além disso, a cada três anos, uma auditoria externa avalia se o acompanhamento está adequado. O Canadá é considerado o país mais avançado em segurança de barragens por especialistas. Outra organização que dá diretrizes de segurança ao setor é o Comitê Internacional de Grandes Barragens.

As duas entidades são mencionadas pela Vale em seu relatório de sustentabilidade de 2017 (o mais recente divulgado) como referências de segurança de suas barragens.

Procurado, o órgão não comentou sobre o caso específico da Vale, mas disse que as empresas de mineração nunca aparecem nas reuniões internacionais do comitê.

"Eles não participam e, em geral, não usam engenheiros especializados em barragens na construção dos empreendimentos", afirma o órgão.

Para Joaquim Pimenta, especialista em barragens de rejeitos do Comitê Brasileiro de Barragens, isso não se aplica ao Brasil. "A Vale frequenta nossas reuniões e tem uma equipe imensa e capacitada."

No caso brasileiro, o problema não está nas diretrizes ou mesmo na legislação sobre a segurança das barragens, e sim na aplicação dessas regras, diz ele.

"Todo ano que cai uma barragem, aparece uma lei. Mas não é de lei que precisamos, e sim de pessoas disciplinadas para seguir os procedimentos. Se na hora de construir, projetar, operar, o pessoal não aplicar, o acidente ocorre", afirma Pimenta.

"Nem sempre as empresas formam equipes bem treinadas ou têm uma auditoria interna para saber se estão seguindo os procedimentos."

No caso de Brumadinho, ele diz que ainda é cedo para avaliar se este foi o caso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 02/02/2019****Seção: Cotidiano****Autor: José Antônio Bicalho****Título: Sem água, pataxós cancelam festa, e grávidas deixam aldeia**

Assentados há apenas 1 ano e meio, índios dependem de rio agora contaminado

Brumadinho (MG) - O cacique Hayó Hã-hã-hãe, da aldeia indígena pataxó Naô Xohã, diz que não consegue falar a verdade para Gervásio, 93, o membro mais velho da comunidade. A aldeia fica na margem esquerda do rio Paraopeba, numa área de densa mata atlântica, no município de São Joaquim de Bicas, poucos quilômetros abaixo do local onde estourou a barragem da Vale, em Brumadinho (MG).

"O rio já limpou, cacique?", pergunta o ancião. "Ainda não, Gervásio", responde Hayó. "Mas vai limpar. É só esperar a primeira chuvarada boa que desce tudo. Aí volta tudo", retruca Gervásio.

Triste, Hayó confidência à reportagem da Folha: "Como vou falar para ele que o rio tá morto, que nunca mais vai voltar ao que era? Ele nunca viu uma coisa assim, não vai entender como os brancos puderam mataram nosso rio".

Na quinta (31), as secretarias mineiras de Saúde, do Meio Ambiente e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento informaram, em nota, que água do rio Paraopeba apresenta riscos à saúde humana e animal e não deve ser consumida sem tratamento.

Gervásio Alves de Souza, apesar de ser o mais velho, é um dos poucos na aldeia que ainda não foi rebatizado com um nome indígena, dentro do esforço de recuperação das raízes culturais que vem sendo empreendido pelo povo pataxó. A cerimônia de batismo estava marcada para a próxima semana, mas terá que esperar porque a água do rio não pode ser mais usada no ritual.

Também não acontecerá neste ano a grande Festa das Águas, em 19 de abril, segundo maior evento do calendário pataxó, quando se celebra o Dia da Resistência Indígena.

"Quanta gente, quantos peixes ainda vão precisar morrer por causa de minério, de ouro, de prata. Nossa vida vale mais que isso", disse Ângo-hó — que significa lua, esposa do cacique Hayó.

Na aldeia estão, hoje, 27 famílias, das 37 que ali viviam antes do rompimento da barragem. Dez delas partiram para a casa de parentes ou amigos em bairros de periferia de Belo Horizonte, porque tinham entre elas grávidas e crianças pequenas.

Ninguém informa ao certo quantas pessoas estão na aldeia, mas as famílias são numerosas, já que as mulheres se casam normalmente entre 15 e 16 anos, e os homens entre 17 e 18 anos.

O rio Paraopeba era a única fonte de água deles. Os pataxós a utilizavam para beber, cozinhar, banhar, lavar louças e roupas, regar hortas e mudas de árvores nativas que plantam numa área desmatada anteriormente por posseiros. E também para pesca, lazer e cerimônias.

Agora, a única fonte de água é a das doações. No último domingo (27), a coordenadora regional de Minas Gerais e Espírito Santo da Fundação Nacional do Índio (Funai) se prontificou a enviar um caminhão-pipa, mas eles não têm onde estocar a água. Desde o rompimento, estão usando com parcimônia a água mineral doada para tudo, até higiene.

O Paraopeba corre bem pertinho da aldeia. É acessado por uma trilha de cerca de 200 metros. Essa trilha se abre numa clareira de onde se chega ao rio, que agora desce turvo e denso.

Em sua beira, o cheiro enjoativo de peixes em decomposição afasta as pessoas. Na margem a direita, um remanso provoca um redemoinho natural onde peixes mortos ficam presos, rodando.

Segundo Cíntila Santos de Souza, 17, também pataxó, o peixe era importante na dieta dos moradores da aldeia, mas não era a principal fonte de proteína. "Na verdade, comemos mais carne que peixe porque não estamos pescando mais com rede, justamente para preservar o rio. Mas o peixe pescado com vara vai fazer muita falta", diz ela.

A questão alimentar dos pataxós do rio Paraopeba é delicada porque a aldeia é muito nova e somente agora começa a esboçar alguma autonomia. Eles ocuparam a área, abandonada e que começava a ser grilada por posseiros, há apenas um ano e seis meses.

Plantaram roças de feijão, milho, abóbora e mandioca, e hortas de pimenta, coentro, hortelã e alho. O plantio do galinheiro ainda está sendo formado e eles evitam matar as aves para comer.

"Temos que comprar a carne. Então, comemos carne só quando tem dinheiro. Por isso o peixe era muito importante como reforço, como garantia", disse Cíntila.

Os pataxós da aldeia Naô Xohã percorreram um longo caminho até chegar a São Joaquim de Bicas e à margem do Paraopeba. Os que estão ali são do tronco Pataxó Hã-hã-hãe, oriundos de Coroa Vermelha, próximo de Porto Seguro, no sul da Bahia. São o tronco mais tradicional dos pataxós, da aldeia reverenciada como "a mãe de todas".

Moradores do sul da Bahia desde sempre, há cerca de 30 anos começaram a empreender um processo de desconcentração, em busca de espaço e oportunidades.

Cerca de dez famílias desceram para Belo Horizonte há mais ou menos sete anos, onde viviam da venda de artesanato e trabalho na construção civil. Endividados, empobrecidos e divididos, decidiram que iriam voltar coletivamente para a natureza.

Escolheram a área das margens do Paraopeba justamente por oferecer água abundante e natureza exuberante, "além de um dono que ninguém nunca soube quem é", lembra Hayó.

Ocupam ali área de 370 hectares praticamente toda coberta de densa mata atlântica. "O processo de reconhecimento da reserva indígena está muito adiantado, estamos quase lá", disse Gilberto Silva, advogado e membro da Comissão da Promoção da Igualdade Racial da OAB-MG.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Artur Rodrigues

Título: Vale fez simulações de emergência em apenas 9 das suas 175 barragens

Em documento, mineradora afirmou que todos os reservatórios de minério de ferro estavam seguros

São Paulo - Relatório da mineradora Vale revela que, em 2018, a empresa fez apenas nove simulados de emergência em barragens de rejeitos de minérios de ferro, apesar de possuir 175 estruturas em todo o país.

Os dados estão em uma apresentação de sustentabilidade feita pela empresa que, um mês antes da tragédia em Brumadinho (MG), garantia que "todas as

barragens de minério de ferro da Vale estão seguras e operando dentro dos limites normais".

De acordo com a empresa, o simulado tem objetivo de "testar recursos, rotas de fuga e pontos de encontro das localidades que estão definidos em nossos planos".

Mesmo com o teste, o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no dia 25, provocou ao menos 115 mortes. Até anoite desta sexta-feira (1º), 248 pessoas estavam desaparecidas.

Peca fundamental do plano de emergência, as sirenes de alerta da Vale não funcionaram nesse caso.

Segundo o relatório da mineradora, em 2018, foram realizados os chamados Planos de Ação de Emergência de Barragens de Mineração em três estados: Minas, Pará e Mato Grosso. Para este ano, o relatório tinha 15 exercícios do tipo planejados.

A empresa produziu até uma história em quadrinhos mostrando como funciona o plano de emergência.

Um dos personagens usados para exemplificar o sistema de segurança frisa a importância das sirenes: "O acionamento das comunidades está previsto por meio de sirenes, caso seja percebida alguma situação que represente ameaça. Nessa hipótese, todos deverão se dirigir aos pontos de encontro".

A barragem que se rompeu em Brumadinho foi um dos locais onde foi realizada a simulação de emergência.

De acordo com publicação de junho no site da Vale, 109 pessoas participaram —82% do esperado. Do simulado também participaram órgãos como Defesa Civil, Polícia Militar e a Feam (agência ambiental mineira).

Como a sirene não tocou, as pessoas não tiveram a chance de agir conforme as instruções do plano.

Na publicação da empresa, com um subtítulo "comunidade tranquila", a Vale trouxe o depoimento de uma moradora da região que participou da simulação. Segundo ela, o teste lhe dava mais segurança e tranquilidade.

O relatório da Vale ainda cita uma série de medidas de segurança, como 100% das barragens de minério de ferro com declaração de estabilidade emitida pelos órgãos externos. No caso de Brumadinho, a polícia prendeu, na terça-feira (29), engenheiros e funcionários que atestaram a segurança da estrutura.

A mineradora menciona no documento que tem o objetivo de reduzir continuamente o número de barragem de rejeitos: "Em 2018, reduzimos o nosso portfólio de 150 para 136 estruturas."

Procurada, a Vale não respondeu aos questionamentos da Folha até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título:

Miriam Leitão

O duro golpe do gás na indústria

A indústria de São Paulo iniciou o mês de fevereiro sofrendo um duro golpe: aumento médio de 36% na conta de gás. Sob qualquer ponto de vista, essa alta seria desestabilizadora, mas ela ainda acontece após um reajuste de 21% em maio. Ou seja, em menos de um ano, a conta disparou 64%. O secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, não quis comentar o assunto, e a agência reguladora Arsesp, não deu detalhes suficientes para explicar o aumento.

Mas os grandes consumidores apontam o monopólio da Petrobras no setor de gás e a falta de transparência nos contratos como os principais motivos. No final de 2018, a petrolífera renovou um contrato de venda para a Comgás, distribuidora no estado de São Paulo, mas os detalhes não vieram a público. "A gente esperava um aumento em torno de 18%, mas 36% é o dobro.

A Comgás, no fundo, é repassadora de preços da Petrobras. Algo foi estabelecido entre elas que provocou a alta, mas não temos como saber o que é", explicou Adrianno Lorenzon, coordenador da equipe técnica de gás da Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia.

GNV DISPARA 40% EM SÃO PAULO

Quem usa o Gás Natural Veicular (GNV) em São Paulo vai sentir ainda mais. O reajuste autorizado chegou a impressionantes 40%. Para as residências, oscilou entre 8% e 11% e no comércio, 15%. A avaliação da Abividro é de que há um total descompasso entre as agendas de regulação, de direito da concorrência, e o prometido aumento da competitividade na economia. "É uma pancada abusiva.

Um aumento imprevisto dessa magnitude mexe com o planejamento de qualquer empresa e pode comprometer o ano. No primeiro plano de governo do então candidato Bolsonaro só se falava em gás. Depois, isso saiu da pauta, e desde o início do governo outros temas no setor ganharam mais importância, como a energia nuclear", afirmou Lucien Belmonte, diretor da Abividro.

Risco na recuperação

A indústria cresceu apenas 0,2% em dezembro, como mostrou ontem o IBGE, com crescimento no ano de 1,1%. O setor precisa de redução de custos para aumentar a competitividade e lidar com um ambiente econômico que ainda não engrenou. Os investimentos seguem travados e o emprego se recupera lentamente. O resultado é que a produção ainda está 16% abaixo do pico, de maio de 2011, e a balança comercial da indústria viu o déficit disparar de US\$ 3,2 bilhões em 2017 para US\$ 25,1 bi em 2018, segundo o Iedi.

A perda de dinamismo se agrava com o reajuste dessa magnitude no gás. "A tendência é que a indústria mais dependente do gás corte investimentos e repasse custos. A conta deve sobrar para o consumidor", prevê Eduardo Velho, da consultoria GO Associados.

E O VENTO LEVOU

A energia eólica, enquanto isso, continua se expandindo. No ano passado a capacidade instalada ultrapassou a de Itaipu. Os aerogeradores já são capazes de produzir 14,71 GW. Na composição da matriz elétrica, a energia dos ventos corresponde a 9%. Já ultrapassou a geração a gás natural e deve conquistar em breve o segundo lugar, só ficando atrás das hidrelétricas. As informações são da ABEEólica.

Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Legado da Vale

A tragédia de Brumadinho pode causar um surto de febre amarela, além de problemas de hipertensão e diabetes na população. O alerta, parte de um estudo da Fiocruz, será dado no seminário "Desastre da Vale S.A em Brumadinho", terça, na fundação: "É necessário o exame da presença de metais

pesados nos rejeitos e seu monitoramento ao longo destes rios para evitar o consumo e uso de águas contaminadas nos próximos anos", alerta o pesquisador Christovam Barcellos.

Fake news sobre Brumadinho

Aliás, desde o rompimento da barragem, dia 25, houve 7,8 milhões de menções ao crime no Twitter, e mais de 26,9 milhões de interações, no Facebook, com links relacionados à tragédia. Mas veja como um fenômeno decisivo nas eleições se faz presente agora. Segundo Marco Aurelio Ruediger, da FGV-DAPP, entre os 100 links mais compartilhados no Facebook, nada menos do que 30 vieram de páginas que publicam conteúdo falso, como declarações inexistentes ou vídeos de origem duvidosa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Plano previu que lama chegaria ao refeitório em até um minuto

Número de mortos em função da tragédia de Brumadinho chegou a 115

O plano da emergência feito pela Vale para a barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) previa que, em caso de desmoronamento, a lama de rejeitos poderia atingir o refeitório dos funcionários e a área administrativa em até um minuto. A informação é do jornal "Folha de S. Paulo".

De acordo com classificação da Agência Nacional de Mineração (ANM), a mina Córrego do Feijão tinha baixo risco de rompimento, mas, em caso de colapso da estrutura, o dano provocado seria alto.

Ontem, o número de mortos pela tragédia de Brumadinho chegou a 115. Ainda há 248 desaparecidos. Parte das vítimas estava no refeitório e no setor administrativo da mineradora, que foram soterrados rapidamente pela onda de lama. As sirenes de alerta, obrigação do plano de emergência, não funcionaram — o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, justificou a falha afirmando que os equipamentos foram "engolfados" pela lama.

De acordo com a reportagem, o cálculo que previa que a lama poderia chegar ao refeitório e à sede administrativa em até um minuto foi feito com base no pior cenário: chuva forte e com a hipótese de duas barragens próximas também romperem. De acordo com o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, a velocidade da lama chegou a 80km/h.

O estudo mostra ainda que o cenário calculado pela Vale estimava que os rejeitos levariam quatro minutos para chegar à Pousada Nova Estância, que foi soterrada. Os cálculos previam ainda que Inhotim poderia ser atingido em pouco mais de uma hora, o que não aconteceu, e que o Rio Paraopeba seria alcançado em cerca de três horas, o que também não ocorreu.

Em nota, a Vale disse que todas as suas barragens têm um Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM), como determina a lei. A mineradora afirmou que o plano é "construído com base em estudos técnicos de cenários hipotéticos para o caso de um rompimento". Por fim, a empresa disse que o documento "prevê qual será a mancha de inundação e também a zona de autossalvamento".

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: O País

Autor: BRUNO ROSA, GLAUCE CAVALCANTI E RAMONA ORDONEZ

Título: Nove barragens do mesmo modelo são maiores que a da Vale

A maior delas, em Catalão (GO), tem quase quatro vezes o volume da mina Córrego do Feijão

Nove barragens no Brasil erguidas com o mesmo modelo da de Brumadinho (MG) são maiores que a estrutura da Vale que se rompeu e deixou, até agora, 115 mortos. A maior delas tem quase quatro vezes o volume da mina Córrego do Feijão.

Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), há outras quatro com o dobro do volume de resíduos e mais quatro com volume igual ao de Brumadinho. Sete têm alto potencial de impacto em caso de rompimento, mesma classificação da estrutura que desmoronou.

A maior barragem fica em Catalão (GO) e é mantida pela Copebras. O volume de rejeitos chega a 45 milhões de metros cúbicos de rochas fosfáticas. Em segundo lugar está uma instalação da Zamin Amapá Mineração, em Pedra Branca do Amapari, com volume de 25,3 milhões de metros cúbicos de minério de ferro. Em terceiro, está uma barragem da Vale em Ouro Preto (MG), com volume de 23,1 milhões de metros cúbicos de rejeitos.

Minas Gerais concentra seis das dez maiores barragens do modelo de alteamento a montante. Estruturas desse tipo crescem em forma de degraus para dentro do reservatório, utilizando o próprio rejeito do processo de

beneficiamento do minério. Além de Brumadinho, a décima da lista, a Vale é dona de três instalações de alto potencial de danos em Ouro Preto. Uma delas de volume similar ao de

Brumadinho, e outras duas com quase o dobro de resíduos. No Pará, há duas: uma em Paragominas, da Hydro, e outra em Oriximiná, da Mineração Rio do Norte, que tem a Vale como uma das acionistas.

O relatório da ANM traz ao todo 711 barragens, das quais 87 utilizam a técnica a montante, sistema considerado ultrapassado e de menor custo para as empresas. A agência explicou que as barragens —em descomissionamento ou não — são classificadas, além da categoria de risco, pelo dano potencial associado.

EMPRESAS NEGAM RISCO

A Vale reiterou que tem dez barragens a montante inativas. Afirmou que todas as estruturas da companhia "apresentam laudos de estabilidade emitidos por empresas externas". A Usiminas informou que as barragens são rotineiramente vistoriadas e auditadas, contando com plano de emergência e sistemas de sirene.

A Copebras disse que sua barragem não apresenta riscos de rompimento, já que é regularmente fiscalizada, e a inspeção mais recente aconteceu em dezembro de 2018.

A Mineração Paragominas afirmou que suas barragens estão estáveis e são constantemente monitoradas e auditadas. A empresa ressaltou que a "a mina e as barragens estão a 70 quilômetros do centro do município de Paragominas".

Procuradas, CSN e Mineração Rio do Norte não se manifestaram até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Especialistas questionam alto volume de água na barragem

Para geólogo, reservatório inativo desde 2015 não deveria conter tanto líquido. Vale tinha licença para reaproveitar rejeito

Todo o horror dos últimos momentos das pessoas que trabalhavam na Mina de Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, foi exposto ontem em dois vídeos

das câmaras de segurança do complexo minerário, exibidos ontem por emissoras de TV.

Os vídeos mostram o exato instante do rompimento da Barragem 1 de rejeito de minério de ferro, no dia 25. Na análise de especialistas, um dos vídeos sugere que havia mais água do que o esperado para uma barragem que estaria inativa, segundo a Vale, desde 2015. A parede do reservatório, constituído do próprio rejeito, se desmancha e a montanha se desfaz, como se explodisse, ejetando um tsunami de pedras, sílica (areia) e água.

Funcionários e terceirizados, desorientados, tentam fugir e são tragados pela onda, que se propaga como um rolo compressor capaz de triturar construções, maquinário pesado e pessoas quase que instantaneamente.

ESTRUTURAS INSTÁVEIS

O professor de geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Carlos Seoane explica que essas estruturas são instáveis. Uma pequena fissura, ou a liquefação no interior da barragem por percolação de água, poderia funcionar com o gatilho para um rompimento explosivo. A barragem 1 de Córrego do Feijão despejou enorme volume de rochas, sílica e, sobretudo, água. Segundo a Vale, 12 milhões de metros cúbicos de rejeito vazaram.

Especialista em geoprocessamento e mineração, ele disse que chama atenção o volume de água mostrado na barragem em imagens de satélites nos dias anteriores ao rompimento. Os vídeos reforçaram a hipótese de que havia um volume anômalo de água. Em tese, uma barragem inativa desde 2015 não deveria conter tanta água, diz Seoane.

Uma possibilidade é que a mineradora estivesse injetando água no processo de reaproveitamento do minério ainda contido no reservatório. A Vale tinha obtido licença para reaproveitar o rejeito, em dezembro de 2018. Descomissionamento não é o mesmo que esvaziamento da barragem. Significa que ela não receberia mais rejeito, mas que não necessariamente será esvaziada. Outra possibilidade é a infiltração por córregos represados pela mina.

CAMINHOS

O geólogo Hugo Kussama, que faz seu doutorado em análises de geoprocessamento, diz que essa água de riachos pode se infiltrar pelo rejeito e abrir caminhos. Se esse processo perdurar e não for contido, explica Kussama, um vibração insignificante, como a causada pela passagem de um trem, poderia ser o gatilho para causar uma liquefação. Em Fundão, a barragem da Samarco, que arrasou a bacia do rio Doce, ocorreu liquefação.

— Claro que esses problemas podem ser detectados no início e evitados. Existe equipamento moderno para isso. Mas o monitoramento que havia lá, pelo que foi dito até agora, era antigo — observa Kussama.

Há práticas seguras que foram ignoradas na operação da Mina de Córrego do Feijão, acrescenta Seoane. Outra coisa que chamou atenção no vídeo foi evidenciar o quão perto estavam da barragem as instalações administrativas, o que Seoane destaca ser inadmissível. Ficavam situadas diretamente à frente da barragem, acerca de um quilômetro, distância quase que instantaneamente percorrida pela tsunami de rejeito, não dando chance de fuga.

Um dos vídeos mostra uma visão panorâmica do exato momento em que a barragem estoura. Ela começa a se romper pelo alto, no centro, e, numa reação em cadeia, as laterais entram em colapso. Com 86 metros de altura e coberta de grama, a barragem de Córrego do Feijão, vista de frente ou de baixo, se confundia com a encosta de uma montanha. A cerca de um quilômetro de distância estavam o refeitório e a área administrativa, que incluía as salas do pessoal encarregado do monitoramento da segurança.

Barragens de rejeito que se rompem são literalmente montanhas que explodem, colapsando sobre si mesmas. Elas nada mais são do que vales de antigos riachos fechados por entulho, ou rejeito, tirado da própria mina. Na de Córrego do Feijão, por ser antiga, de 1976, um gramadinho havia coberto a parede de verde e dava à estrutura vista de baixo a impressão de ser parte da montanha. Somente de cima era possível ver o rejeito e "as praias" que ele formava.

Nesse tipo de barragem, o rejeito é empilhado até fechar completamente o vale de um riacho, na altura estabelecida pela mineradora. Em condições normais, o topo da barragem permanece sólido. No vídeo se vê que havia veículos se locomovendo sobre o rejeito no instante do rompimento. As pessoas que nele estavam ainda tentaram fugir, mas o chão cedeu e foram engolidas. Pois, quando, por algum motivo, uma barragem se rompe, o material contido lá é lançado como na explosão de uma bomba e todo o rejeito se liquefaz e se comporta como se fosse líquido.

A nuvem de poeira que se levantou da onda é resultado do convulsão do minério, da areia e da água. A onda de rejeito avançou rapidamente — a velocidade da chegada ao povoado de Córrego de Feijão, três quilômetros abaixo, foi estimada em 70 km/h — e engoliu tudo em seu caminho.

Num segundo vídeo, se vê a tentativa de fuga desesperada de pessoas que estavam em veículos e são cercadas pela lama, que acaba por tragá-las. A lama avança pela área de trabalho da mina e destrói um trem. O vídeo foi gravado

do alto de um dos guindastes acima da barragem. Nele se vê a massa de lama cobrir completamente as pilhas de minério de ferro e arrastar o material com ela, rumo ao povoado de Córrego do Feijão.

Pessoas que estavam em uma picape e em uma retroescavadeira na mina e que aparecem no vídeo estão vivas. O operador Sebastião Gomes conseguiu escapar. Em depoimento à Polícia Civil, revelado pelo Jornal Nacional ele disse que a caminhonete foi atingida pela onda de lama. Para Sebastião, foi a locomotiva que salvou a vida deles. Ela foi empurrada pela lama para debaixo da picape, que foi jogada pra cima e não foi encoberta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Plano previu que lama chegaria ao refeitório em até um minuto

Número de mortos em função da tragédia de Brumadinho chegou a 115

O plano da emergência feito pela Vale para a barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) previa que, em caso de desmoronamento, a lama de rejeitos poderia atingir o refeitório dos funcionários e a área administrativa em até um minuto. A informação é do jornal "Folha de S. Paulo".

De acordo com classificação da Agência Nacional de Mineração (ANM), a mina Córrego do Feijão tinha baixo risco de rompimento, mas, em caso de colapso da estrutura, o dano provocado seria alto.

Ontem, o número de mortos pela tragédia de Brumadinho chegou a 115. Ainda há 248 desaparecidos. Parte das vítimas estava no refeitório e no setor administrativo da mineradora, que foram soterrados rapidamente pela onda de lama. As sirenes de alerta, obrigação do plano de emergência, não funcionaram —o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, justificou a falha afirmando que os equipamentos foram "engolfados" pela lama.

De acordo com a reportagem, o cálculo que previa que a lama poderia chegar ao refeitório e à sede administrativa em até um minuto foi feito com base no pior cenário: chuva forte e com a hipótese de duas barragens próximas também romperem. De acordo com o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, a velocidade da lama chegou a 80km/h.

O estudo mostra ainda que o cenário calculado pela Vale estimava que os rejeitos levariam quatro minutos para chegar à Pousada Nova Estância, que foi soterrada. Os cálculos previam ainda que Inhotim poderia ser atingido em

pouco mais de uma hora, o que não aconteceu, e que o Rio Paraopeba seria alcançado em cerca de três horas, o que também não ocorreu.

Em nota, a Vale disse que todas as suas barragens têm um Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM), como determina a lei. A mineradora afirmou que o plano é "construído com base em estudos técnicos de cenários hipotéticos para o caso de um rompimento". Por fim, a empresa disse que o documento "prevê qual será a mancha de inundação e também a zona de autossalvamento".

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: O País

Autor: BRUNO ROSA, GLAUCE CAVALCANTI E RAMONA ORDOÑEZ

Título: Nove barragens do mesmo modelo são maiores que a da Vale

Nove barragens no Brasil erguidas com o mesmo modelo da de Brumadinho (MG) são maiores que a estrutura da Vale que se rompeu e deixou, até agora, 115 mortos. A maior delas tem quase quatro vezes o volume da mina Córrego do Feijão.

Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), há outras quatro com o dobro do volume de resíduos e mais quatro com volume igual ao de Brumadinho. Sete têm alto potencial de impacto em caso de rompimento, mesma classificação da estrutura que desmoronou.

A maior barragem fica em Catalão (GO) e é mantida pela Copebras. O volume de rejeitos chega a 45 milhões de metros cúbicos de rochas fosfáticas. Em segundo lugar está uma instalação da Zamin Amapá Mineração, em Pedra Branca do Amapari, com volume de 25,3 milhões de metros cúbicos de minério de ferro. Em terceiro, está uma barragem da Vale em Ouro Preto (MG), com volume de 23,1 milhões de metros cúbicos de rejeitos.

Minas Gerais concentra seis das dez maiores barragens do modelo de alteamento a montante. Estruturas desse tipo crescem em forma de degraus para dentro do reservatório, utilizando o próprio rejeito do processo de beneficiamento do minério. Além de Brumadinho, a décima da lista, a Vale é dona de três instalações de alto potencial de danos em Ouro Preto. Uma delas de volume similar ao de Brumadinho, e outras duas com quase o dobro de resíduos. No Pará, há duas: uma em Paragominas, da Hydro, e outra em Oriximiná, da Mineração Rio do Norte, que tem a Vale como uma das acionistas.

O relatório da ANM traz ao todo 711 barragens, das quais 87 utilizam a técnica a montante, sistema considerado ultrapassado e de menor custo para as

empresas. A agência explicou que as barragens —em descomissionamento ou não — são classificadas, além da categoria de risco, pelo dano potencial associado.

EMPRESAS NEGAM RISCO

A Vale reiterou que tem dez barragens a montante inativas. Afirmou que todas as estruturas da companhia "apresentam laudos de estabilidade emitidos por empresas externas". A Usiminas informou que as barragens são rotineiramente vistoriadas e auditadas, contando com plano de emergência e sistemas de sirene. A Copebras disse que sua barragem não apresenta riscos de rompimento, já que é regularmente fiscalizada, e a inspeção mais recente aconteceu em dezembro de 2018.

A Mineração Paragominas afirmou que suas barragens estão estáveis e são constantemente monitoradas e auditadas. A empresa ressaltou que a "a mina e as barragens estão a 70 quilômetros do centro do município de Paragominas". Procuradas, CSN e Mineração Rio do Norte não se manifestaram até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: Economia

Autor: STEPHANIE TONDO

Título: INSS quer cobrar da Vale gasto com pensão por morte

Para instituto, processo para devolução de recursos à Previdência após tragédia em Brumadinho será o maior da história do país

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está cobrando R\$ 6,5 milhões da Samarco — que tem Vale e BHP como acionistas — referentes aos gastos previstos com pensões por morte após o rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana (MG), em 2015. Na ocasião, 19 pessoas foram mortas pela enxurrada de lama.

Agora, após o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), o INSS tenta levantar a extensão da despesa previdenciária para cobrar da Vale o pagamento. O número de mortes no desastre do último dia 25 já chega a 115, com 248 desaparecidos. Segundo o INSS, será a "maior ação de regresso previdenciário (devolução de recursos à Previdência Social) na história do país".

Em nota, o INSS informou que a Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou com ação

regressiva coletiva contra a Samarco, em trâmite na Vara Federal de Ponte Nova, em Minas Gerais, na qual visa cobrar despesa de R\$ 6,5 milhões a título de pensões por morte concedidas às famílias das vítimas. O valor consiste na expectativa total de ressarcimento, ou seja, a projeção dos gastos futuros que o instituto terá com os benefícios.

Segundo o INSS, a ação ainda não foi julgada, e está em fase de instrução na Justiça Federal. "No caso de Brumadinho, a AGU já instaurou procedimento de instrução prévia que irá apurar a extensão da despesa previdenciária, a fim de viabilizar o ajuizamento de futura ação regressiva coletiva contra a empresa.

Pelas informações prévias já disponibilizadas pela mídia, notadamente o número de mortes já certificadas e trabalhadores desaparecidos é grande, no que se pode afirmar que o INSS está diante da maior ação de regresso previdenciário na história do país", diz a nota.

Segundo o especialista em Direito Previdenciário João Badari, da Aith, Badari e Luchin Advogados, a ação é respaldada pela Lei de Benefícios da Previdência Social, que estabelece que "nos casos de negligência quanto à norma-padrão de segurança e higiene do trabalho indicada para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis".

— Entendo que a cobrança por parte do INSS é cabível, uma vez que a tragédia de 2015 se repetiu — avalia o advogado.

O INSS informou que, dentre as irregularidades atribuídas à Samarco, estão a "ilicitude do procedimento de terceirização, falhas no serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho, falhas no programa de gerenciamento de riscos, falhas no plano de emergência e no treinamento dos trabalhadores".

Procurada, a Samarco não comentou o assunto. A Vale disse não ter sido notificada sobre processos por parte do INSS após o acidente com a Mina do Feijão e informou que "vai arcar com todas as obrigações previdenciárias que forem devidas".

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: Economia

Autor: ANA PAULA RIBEIRO E GABRIEL MARTINS

Título: Volta do Congresso leva Bolsa a novo recorde: 97.861 pontos

Analistas avaliam que Ibovespa pode bater os 100 mil ainda este mês, de acordo com definição da proposta da Previdência. Vale acumula perda de R\$ 52 bi na semana

SÃO PAULO E RIO- Otimistas com a retomada dos trabalhos no Congresso, os investidores levaram ontem a Bolsa brasileira, a B3, a mais um recorde. O Ibovespa, seu principal índice, fechou em alta de 0,48%, aos 97.861 pontos. Com isso, voltam a crescer as expectativas de atingir os 100 mil pontos ainda este mês. Já o dólar comercial teve leve valorização, de 0,10%, cotado a R\$ 3,663.

Investidores acreditam que, com a definição das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado, o Palácio do Planalto deverá apresentar em breve a proposta de reforma da Previdência.

— A volta do Congresso faz com que a política interna volte a "fazer preço" (movimentar) no mercado — disse Newton Rosa, economista da Sul América Investimentos.

A grande expectativa é sobre como será o texto da re-forma da Previdência: se a proposta será fatiada ou não, se todos os setores serão inclusos e, principalmente, se o governo terá força para conseguir aprová-lo.

— Com a volta do Congresso, e caso o governo consiga mostrar aos investidores que tem base e força suficientes para aprovar a reforma, o Ibovespa terá muitas condições para atingir a marca dos 100 mil pontos ainda em fevereiro — disse Filipe Villegas, analista da corretora Genial.

Outro ponto importante, ponderam os analistas, é a melhora no cenário externo. A sinalização de que os aumentos dos juros da economia americana serão menos frequentes e o possível acordo entre China e EUA para pôr fim à guerra comercial são fatores positivos. Já há expectativas de que o Ibovespa supere os 120 mil pontos até o fim do ano.

— O fluxo de investidores estrangeiros aplicando na Bolsa ainda não está forte. Quando eles começarem a vir de forma mais robusta, e com o cenário interno positivo, ou seja, com as reformas encaminhadas e aprovadas, é possível que o Ibovespa alcance ao 125 mil pontos ainda em 2019 — afirmou Rodrigo Galindo, sócio-gestor da Novus Capital.

PETROBRAS E MALTA

Na Bolsa, os principais papéis fecharam em alta. As ações preferenciais (PN, sem direito a voto) da **Petrobras** subiram 0,86%, e as ordinárias (ON, com voto)

ganharam 1,59%, com a valorização do petróleo no mercado internacional. O barril do tipo Brent avançou 3,19%, a US\$ 62,90.

As ações da Vale subiram 1,65%. Na semana, no entanto, os papéis da mineradora acumularam queda de 17,6%, na esteira da tragédia de Brumadinho — na segunda-feira, haviam despencado 24,5%. Isso significou uma perda de valor de mercado de R\$ 52,3 bilhões na semana.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2019

Seção: O Mundo

Autor:

Título: Itamaraty quer compensação de dívida com Venezuela

Ideia é que débito brasileiro por energia de Roraima seja abatido dos US\$ 1 bilhão que Caracas deve a bancos nacionais

O chanceler Ernesto Araújo defendeu ontem a realização de uma espécie de "encontro de contas" para solucionar pendências de ordem financeira nas relações entre Brasil e Venezuela. A ideia é que o governo brasileiro, que deve algo em torno de US\$ 30 milhões em energia fornecida pelo país vizinho ao estado de Roraima, abata esse valor de um débito estimado em US\$ 1 bilhão que os venezuelanos têm, em sua maior parte, com o BNDES.

Empréstimos contraídos para financiar as importações venezuelanas de bens e serviços oferecidos por empreiteiras brasileiras formam a maior parte dessa dívida.

Araújo também admitiu que o Brasil poderá adotar sanções econômicas contra a Venezuela, como o bloqueio de ativos que existam no Brasil de funcionários do governo de Nicolás Maduro. Porém, ele disse que é preciso discutir o tema com outros órgãos do governo.

Segundo o chanceler, no caso do bloqueio, o assunto está sendo estudado com base na legislação nacional. Já o encontro de contas chegou a ser discutido no governo passado, mas não foi aceito pelas autoridades venezuelanas. Porém, a ideia deverá ser colocada novamente sobre a mesa. Ele também não descartou a elaboração de um plano de refinanciamento das dívidas que a Venezuela tem com o Brasil, mas destacou que não tem autonomia para tomar esse tipo de decisão.

Ernesto Araújo informou que propôs ao Palácio do Planalto, ontem, a criação de um grupo interministerial para discutir vários aspectos da relação com a Venezuela, entre os quais o financeiro e a possibilidade de sanções. A

elaboração de um plano de contingência para atender a um possível aumento do número de venezuelanos que entram no Brasil, a proteção da fronteira e formas de enviar ajuda humanitária aos venezuelanos também serão discutidos.

— Queremos reunir todos os esforços em diversas áreas. O congelamento de bens, por exemplo, é um instrumento útil e seria possível implementar. Mas temos de cuidar disso em coordenação com outros órgãos — disse o ministro.

Somente com o BNDES, a Venezuela tem um débito de US\$ 877 milhões, conforme o banco informou ao GLOBO. São dívidas com vencimentos até 2024 e os atrasos começaram em janeiro do ano passado.

Quanto às sanções, o Ministério da Justiça assegurou ao GLOBO que o Brasil poderá, se quiser, usar a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo, para adotar medidas contra lavagem de dinheiro e corrupção. O tratado foi internalizado no país em 2004.

(EA)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Márcia Maria Cruz/Gladyston Rodrigues/Tiago Rodrigues

Título: Do pavor ao milagre

Ao mesmo tempo em que correm o mundo imagens que revelam a violência e o horror envolvidos no rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho — que até o momento, tem confirmadas 115 mortes e 248 desaparecidos —, emergem da lama histórias de verdadeiros milagres da sobrevivência e da solidariedade. Ontem, quando começaram a circular vídeos de câmeras de segurança que registraram a liberação da onda com 13 milhões de metros cúbicos de barro no complexo da Vale na Grande BH, repórteres do Estado de Minas localizaram três sobreviventes flagrados pelo monitoramento dos momentos iniciais da catástrofe.

Os funcionários da Vale que primeiro avistaram a avalanche de lama que partiu a 114km/h da barragem, 500 metros distante, e engoliu toda a área administrativa da empresa assistiram, incrédulos, às imagens da tragédia que se tornaram públicas ontem. A reportagem acompanhou o encontro dos sobreviventes pela primeira vez depois do acidente. Leandro Borges Cândido, 37 anos, Sebastião Gomes, 54, e Elias de Jesus Nunes, 43, resistiram à força dos rejeitos da mineração que arrastou edifícios, contorceu vagões e descarrilou o

trem de minério, deixando rastro de morte e dor por onde passou.

“Ficamos parados (na caminhonete), muito equipamentos debaixo da gente. Muitos tratores. Muitas locomotivas. Tudo soterrado. O que mais me entristeceu foi quando o helicóptero subiu (depois do resgate) e lá do alto avistei os refeitórios, de onde eu tinha acabado de sair. Vi a área administrativa, as oficinas mecânicas, unidades de saúde. Tudo tinha ido embora. Meus amigos... É muito devastador”, contou Sebastião.

Ao ver a imagem pela TV, em casa, ao lado dos filhos e da esposa, Sebastião não conseguiu conter o choro e a gratidão a Deus. Sebastião também é grato a Elias, que gritou para que ele entrasse na caminhonete em que escaparam. Nas imagens das câmeras de segurança, a picape aparece fazendo zigue-zague, indo em diferentes direções para tentar fugir da lama, que surgia de todos os lados, fechando o cerco em torno do veículo. “Não tem como descrever aquele momento de horror. Só lembro de correr. Só lembro de Elias gritando: ‘Sebastião, entra na caminhonete’. Elias ia para um lado, ia para outro e não achava lugar de sair. De repente, começamos no desespero gritar pelo nome de Deus. Orar o Pai-nosso na maior altura. Pedimos a Deus: ‘Perdoa nossa vida. Entregamos nossa vida’”, descreveu.

Não tinha como os sobreviventes escaparem do tsunami de lama, que veio por dois lados, tanto na direção da barragem quanto do outro lado, onde estavam os vagões de trem. Por segundos, eles viram a morte. “A natureza se calou naquele momento. A gente via naqueles locais muitos pássaros cantando, principalmente canários. De repente, a natureza se calou. Não se ouvia barulho de nada. Só aquele silêncio.”

Foi quando viram Leandro preso na escavadeira e, mesmo sem saber se afundariam na lama, não hesitaram em tentar salvar o colega. “Nem sabia o nome dele. É tanta gente na empresa... Chegamos no trator, estava ele lá só com parte do rosto do lado de fora, parte do braço. Desesperadamente começamos a cavar. Havia feito treinamento de soterramento, que a empresa dava para a gente. Pensei: ‘Vamos tirar o peito dele para ele respirar’. Conseguimos cavar a terra com a mão e ele deu uma respirada”, recorda-se Sebastião.

*** Estagiário sob supervisão de Roney Garcia**

Uma semana de fake news

Não bastasse a tragédia de Brumadinho em si, autoridades, familiares e vítimas do desastre na cidade mineira precisam lidar com a produção e o compartilhamento de notícias falsas em redes sociais. Dezenas delas foram distribuídas e chegaram a atrapalhar o resgate feito pelos bombeiros, que tinham que parar algum trabalho e se deslocar para outro lugar, a fim de confirmar se realmente havia sobreviventes, como as mensagens diziam. O núcleo de checagem Holofote compilou as principais fake news sobre o assunto: www.correiobraziliense.com.br/holofote.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Luiz Ribeiro

Título: Risco era conhecido

Documento elaborado pela mineradora Vale com a previsão de reflexos de eventual rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, mostra que a companhia tinha ciência de que um possível colapso da estrutura destruiria áreas industriais do complexo, incluindo o restaurante e a sede da unidade, onde estavam grande parte dos mortos e desaparecidos. A informação consta do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM), de 18 de abril de 2018. Para o pesquisador Carlos Barreira, professor da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), a Vale pecou por manter as estruturas administrativas tão próximas à barragem, mesmo sabendo que esses espaços seriam atingidos em caso de colapso da represa de rejeitos.

O documento da Vale foi obtido pelo jornal Folha de S. Paulo e teve seu teor divulgado ontem, quando completou uma semana do desastre. Procurada, a mineradora informou que todas as suas barragens contam com o PAEBM, uma exigência da legislação brasileira, que é elaborado “com base em estudos técnicos de cenários hipotéticos para o caso de um rompimento”. Informou também que a barragem recebia inspeções quinzenais pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e que a última delas ocorreu 34 dias antes do desastre, em 21 dezembro de 2018. A estrutura passou também por duas inspeções em janeiro.

Em nota divulgada ontem, a Vale informou que o PAEBM prevê qual será a mancha de inundação e também a zona de autossalvamento (aquela em que as pessoas devem escapar do desastre por conta própria, já que não haverá tempo para a intervenção de autoridades). “Toda essa documentação sempre esteve e continua à disposição das autoridades. A Barragem I possuía sistema de videomonitoramento, sistema de alerta por meio de sirenes e cadastramento

da população a jusante. Também foi realizado o simulado externo de emergência em 16 de junho de 2018, sob coordenação da Defesa Civil, com apoio da Vale, e o treinamento interno com os funcionários em 23 de outubro de 2018”, disse a mineradora.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Doação extra a produtores

A Vale informou que vai ampliar o apoio financeiro humanitário para os atingidos pelo rompimento da Barragem 1, na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho. Além da doação de R\$ 100 mil para as famílias de vítimas fatais e desaparecidos, aqueles que moravam ou tinham atividades rurais ou comerciais na Zona de Autossalvamento (ZAS) do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) receberão um apoio financeiro humanitário.

Segundo a empresa, serão criadas duas categorias de apoio financeiro: uma para todas as famílias que residiam na ZAS, que receberão a doação no valor de R\$ 50 mil; e outra para os que não têm residência na região da ZAS, mas desenvolviam atividades rurais ou comerciais cadastradas pela companhia quando da elaboração do PAEBM. No segundo caso, a doação será de R\$ 15 mil.

Conforme a Vale, os procedimentos para recebimento do apoio financeiro humanitário serão divulgados na próxima semana. “Importante destacar que esse apoio financeiro humanitário é uma doação, sendo uma forma de minimizar possíveis incertezas dos atingidos. Não se trata de indenização, que será acordada entre as partes em conjunto com as autoridades”, diz a mineradora em nota.

A empresa anunciou a composição do comitê independente que atuará na apuração das causas do rompimento da barragem. A ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, será a coordenadora do grupo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Sem vistoria deste 2016

A barragem rompida em Brumadinho (MG) há mais de uma semana não passava por vistoria in loco (no local) do poder público desde 2016. **O Ministério de Minas e Energia (MME)** e a Agência Nacional de Mineração (ANM) ainda não sabem dizer qual foi o motivo do desastre que deixou mais de 110 mortos na cidade mineira, assim como o que será feito para evitar novas tragédias.

Em encontro com jornalistas, o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Alexandre Vidigal de Oliveira, afirmou, porém, que provavelmente as normas de fiscalização da agência reguladora — vinculada ao ministério e responsável pelo monitoramento das barragens — serão alteradas. Ele não deu detalhes de quais serão as mudanças e ressaltou que ainda é preciso conversar com os principais engenheiros especializados do país, reunião que está marcada para a próxima segunda. Mesmo assim, estabeleceu um prazo de 15 dias para anunciar as alterações.

Vidigal disse que não é preciso esforço para entender que as normas atuais não são as ideais, já que provocou dois episódios com perdas humanas e ambientais em pouco mais de três anos. As sanções às empresas responsáveis também são irrisórias, segundo ele. O secretário avalia que uma possível proposta de mudança nas regras de monitoramento poderá passar pelo Congresso Nacional.

O Brasil tem mais de 700 barragens de minérios catalogadas, sendo que 420 estão submetidas à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Dessas, 223 são consideradas de alto potencial de dano, assim como a Barragem 1 de Brumadinho, que era de responsabilidade da Vale. Como medida anunciada pelo governo, todas essas terão que ter o monitoramento em vídeo até o junho deste ano.

Documentação

De acordo com a AMN, a estrutura não apresentava risco e estava com a documentação em dia, além de ter a ferramenta de vídeo instalada. O diretor-geral da agência reguladora, Victor Hugo Bicca, ressaltou que as empresas fazem quinzenalmente “vistorias de rotina” para alimentar um sistema integrado que os técnicos do setor público têm acesso. “A junção desses dados coletados acendem luzes no sistema que determinam a necessidade ou não de chamar a empresa, ir a campo, fazer vistorias in loco”, disse.

Bicca alegou que, apesar dos desastres ocorridos em Brumadinho e Mariana, ambos em Minas Gerais, o sistema integrado ajudou a antecipar possíveis acidentes no passado. “Foram nove situações onde houve, pelo menos, seis intervenções em que as empresas foram chamadas e outras três em que foi necessário ir a campo. Isso, provavelmente, evitou possíveis rupturas nas estruturas”, explicou. O diretor-geral não citou, porém, quais foram os casos.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 02/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Mateus Parreiras/Renan Damasceno****Título: Homenagem às vítimas**

O Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar de Minas Gerais fizeram ontem uma homenagem às vítimas da tragédia de Brumadinho. Dez helicópteros que participaram dos trabalhos de resgate, que ontem completaram o oitavo dia, despejaram uma chuva de pétalas de flores sobre um dos locais mais atingidos pela lama que escapou do reservatório de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro. Em terra, Bandeiras de Minas Gerais tremulavam em mastros erguidos especialmente para a solenidade.

A iniciativa emocionou quem estava presente, especialmente aqueles que perderam amigos e familiares no desastre.”“Minha filha está desaparecida no meio dessa lama toda. Agradeço demais aos bombeiros e a todos que estão procurando por ela. Numa hora dessas, a gente para e lembra de tudo. Vem essa amargura na garganta”, disse, com voz embargada e lágrimas nos olhos, Neiva Ferreira Pena, de 60 anos. A filha dela, Jussara Ferreira dos Passos Silva, 35, era camareira da pousada Nova Estância, destruída pela lama, e está desaparecida.

Na área mais próxima do povoado de Córrego do Feijão, onde muitos moradores foram atingidos, o Corpo de Bombeiros cobriu uma região de buscas mais estável com tapumes para comportar sobre a lama os resgatistas e homenagear as vítimas. Naquele local, a corporação trabalhou todos os dias atrás de sobreviventes e corpos. Também tentou salvar dois bois, mas um deles acabou tendo de ser sacrificado. A poucos metros dali, foi encontrado um ônibus e, mais adiante, o refeitório dos funcionários da Vale varrido pela avalanche.

Uma missa foi rezada, levando as pessoas que moram no povoado a se emocionarem, muitos deles acompanhando as orações e bênçãos, pedindo pelo bem de seus parentes e amigos ou pelo seu descanso. Após o fim da cerimônia religiosa, realizada pelo capelão da Polícia Civil, os integrantes das equipes de salvamento prestaram continência e as aeronaves despejaram as pétalas de flores, que foram arrecadadas em uma campanha.

Neiva Pena lembrava do último contato que teve com a filha desaparecida. “No dia mesmo (da tragédia), ela conversou com os meus meninos (irmãos da vítima). Falou sobre coisas normais, quando iria para casa, os serviços que

estava fazendo lá na pousada. O que eu quero é localizá-la, saber se ainda pode estar viva debaixo dessa tragédia toda. Quero minha menina”, disse Neiva.

Luto

Na cidade, parentes das vítimas saíram às ruas vestidos de branco, em caminhada que marcou uma semana do desastre. No trevo de entrada houve uma cerimônia ecumênica. “A fé vai reequer Brumadinho”, disse o padre Thiago Augusto, da Paróquia São Sebastião. “É hora de fazer diferente, pois, se esse sistema continuar, outras vidas serão levadas.”

Parentes e amigos levaram cartazes com nomes das vítimas, caminharam ao som de músicas gospel e rezaram o Pai Nosso durante o trajeto. O letreiro com o nome de Brumadinho amanheceu com sinais de luto. As letras foram cobertas com sacos plásticos pretos e marcados com cruzes brancas, em homenagem aos mortos e desaparecidos.

Nobel da Paz

“Por que não dar o Nobel da Paz este ano aos bombeiros de Brumadinho, que conquistaram simpatia e admiração dentro e fora do país com exemplo de abnegação?” A pergunta é do colunista Juan Arias, do jornal espanhol El País. Em texto publicado na quinta-feira, quando o rompimento da barragem completou sete dias, Arias lembra que o Brasil nunca ganhou a premiação. “Foram esses bombeiros anônimos, mal pagos, que não hesitaram em arriscar a própria vida para salvar a dos outros, que nos ofereceram um pouco de oxigênio quando começávamos a desconfiar de tudo e de todos”, argumenta.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/02/2019

Seção: Brasil

Autor: João Henrique do Vale/ Luiz Ribeiro

Título: Lama atinge área do Parque do Rola-Moça

Os 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração que vazaram da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, também provocaram danos em locais de preservação em Minas Gerais. A lama atingiu a área de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Sul. Análise preliminar do Instituto Estadual de Florestas (IEF) indica que 290,14 hectares, o

correspondente a mais de 290 campos de futebol, foram impactados na tragédia.

As análises foram feitas por meio de interpretação de imagens de satélite dos dias 18 de janeiro, data anterior ao rompimento, e 27, dois dias após desastre. A lama de rejeitos de minério cobriu uma extensão 290,14 hectares, entre o local da barragem e o encontro com o Rio Paraopeba. Desse total, segundo o IEF, a área da vegetação impactada representa 147,38 hectares. No percurso da lama de rejeitos estão duas áreas de preservação. Os rejeitos afetaram parte da zona de amortecimento do parque, totalizando 225,20 hectares. De acordo com o IEF, o terreno atingido pela lama representa 0,4646% da área do entorno da unidade de conservação. Ao todo, a área verde tem 3.941,09 hectares.

O parque é uma das áreas verdes mais importantes do estado e terceiro maior parque em área urbana do país. A unidade de conservação da Serra do Rola-Moça abriga seis mananciais que abastecem parte da população da capital. Além disso, é habitat de espécies da fauna ameaçadas de extinção, como a onça-parda, a jaguatirica e o lobo-guará.

Ainda segundo o IEF, aproximadamente 10,68 hectares da APA Sul também foram atingidos pelo mar de lama. “Essa parcela representa essencialmente parte da própria área da Barragem B1”, explicou. A área verde tem aproximadamente 170 mil hectares. Nela, estão duas grandes bacias hidrográficas, a do Rio São Francisco e a do Rio Doce, que respondem pelo abastecimento de aproximadamente 70% da população de Belo Horizonte e 50% da população de sua região metropolitana.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Lilian Monteiro

Título: Insegurança no trabalho

Representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) e entidades sindicais vão amanhã a Brumadinho ouvir os trabalhadores atingidos pela tragédia do rompimento da Barragem Córrego do Feijão, da Vale. A estimativa é de que existam 300 mil trabalhadores no setor de mineração em Minas Gerais, sendo aproximadamente 70 mil da Vale. Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais (FTIEMG), José Maria Soares, o futuro dessa mão de obra é cada dia mais incerto.

Insegurança, receio e dúvidas sobre o ganha-pão preocupam as entidades que

representam esses trabalhadores. A federação e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Brumadinho e Região (Metabase) entregaram à Vale, na última terça-feira, uma pauta com sete reivindicações.

O documento que solicita a adoção, em caráter de urgência, de medidas preliminares de proteção à categoria profissional de todos os trabalhadores da Vale, diretos e terceirizados, lotados no município de Brumadinho e região. Soares as enumera: “Garantia de emprego por dois anos para todos os trabalhadores; assim como o pagamento imediato de um abono emergencial de cinco salários; a manutenção do pagamento dos salários para as famílias dos trabalhadores da Vale mortos e desaparecidos. O pagamento de todos os gastos com despesas médicas, hospitalares, de hospedagem, transporte, velório, bem como todas as despesas conexas, advindas do rompimento da barragem. A concessão imediata de licença remunerada para todos os trabalhadores até comprovação inequívoca da eliminação completa dos riscos de novos acidentes.”

A sexta reivindicação é a “emissão imediata da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para todos os trabalhadores que tenham sofrido qualquer dano físico ou mental, ou que tenham desaparecido ou falecido por conta do rompimento da barragem, com encaminhamento das cópias para as entidades sindicais signatárias”. E por fim, a sétima exigência é a “manutenção do plano de saúde para os familiares dos trabalhadores mortos, contratados diretamente pela Vale ou terceirizados”.

Conforme José Maria, ontem houve uma reunião a respeito da pauta, mas a diretoria da Vale não apresentou nenhuma medida concreta: “Tivemos duas reuniões com representantes da empresa. Em ambas, ressaltamos a importância de serem adotadas medidas urgentes para reduzir a insegurança e o sofrimento dos trabalhadores e suas famílias. Eles se comprometeram a levar o pleito para análise e dar uma resposta em breve.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/02/2019

Seção: Economia

Autor: Gabriela Tunes

Título: Gasolina abaixo de R\$ 3,90

Com as últimas reduções no preço da gasolina nas refinarias, a maior parte dos

postos de revenda do Distrito Federal passou a comercializar o litro do produto por menos de R\$ 4,00, segundo mostra levantamento feito pelo Correio. Mesmo com a queda, consumidores continuam achando o preço alto. Para a personal trainer Aline Mendes, 35 anos, o valor ainda não está dentro do orçamento. “Fico feliz que está diminuindo, mas ainda acho bem alto. Vim abastecer esperando o preço de R\$ 3,85, mas está em R\$ 3,89”, disse.

Ontem, a Petrobras anunciou que, a partir de hoje, o valor cobrado nas refinarias cairá 1%, passando para R\$ 1,4758. Na última quarta-feira, a estatal já havia cortado o valor em 1,3%. De acordo com o professor de administração da Universidade de Brasília Roberto Piscitelli, a redução tem como causa dois fatores principais: a redução do preço internacional do petróleo e a queda na cotação do dólar. Segundo Piscitelli, o preço do combustível poderia cair ainda mais, mas isso não ocorre devido à atuação de cartéis. “O mercado do DF é altamente concentrado, e os órgãos de defesa do consumidor nunca conseguiram eliminar, de fato, essa prática”, disse.

Por outro lado, nem sempre a redução do preço é repassada da distribuidora para o posto, como argumenta Diego Silva, gerente de um posto de Águas Claras. “Muitas vezes, a queda é repassada da refinaria para a distribuidora, mas nem sempre é transferida da distribuidora para o revendedor”, afirmou.

O administrador Maione Dias, 48, também reclama dos preços. “Como uso muito o carro, o gasto de combustível compromete uma parcela considerável da minha renda”, disse. O estudante Eduardo Lima, 25, afirma que, para ele, é mais barato andar de carro do que utilizar o transporte público. “Rodo pouco e gasto de R\$ 200,00 a R\$ 350,00 por mês. Se fosse utilizar o metrô, sairia bem mais caro, por conta do preço da passagem.”

****Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo***

MME / ASCOM .